



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 NA MÍDIA:
DIFERENÇAS ENTRE A COBERTURA REALIZADA HOJE E HÁ QUARENTA ANOS ATRÁS**

CAROLINA BARRETO DA SILVA GASPAR

Rio de Janeiro

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 NA MÍDIA:
DIFERENÇAS ENTRE A COBERTURA REALIZADA HOJE E HÁ QUARENTA ANOS ATRÁS**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

CAROLINA BARRETO DA SILVA GASPAR

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

GASPAR, Carolina Barreto da Silva.

O movimento estudantil de 1968 na mídia: diferenças entre a cobertura realizada hoje e há quarenta anos atrás. Rio de Janeiro, 2009.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a monografia **O movimento estudantil de 1968 na mídia: diferenças entre a cobertura realizada hoje e há quarenta anos atrás**, elaborada por Carolina Barreto da Silva Gaspar

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Ana Paula Goulart Ribeiro

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Luiz Carlos Brito Paternostro

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. William Dias Braga

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Rio de Janeiro

2009

GASPAR, Carolina Barreto da Silva. **O movimento estudantil de 1968 na mídia: diferenças entre a cobertura realizada hoje e há quarenta anos atrás.** Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O trabalho analisa a cobertura jornalística de algumas das mobilizações estudantis mais marcantes ocorridas no ano de 1968 no Brasil. Essa análise teve como objeto tanto a cobertura realizada na época em que se deram os fatos quanto a comemoração dos quarenta anos dos mesmos acontecimentos celebrada nas páginas do jornal *O Globo*. O principal objetivo desta pesquisa é estabelecer uma comparação entre a maneira como esse periódico abordou os acontecimentos de 1968 no momento em que eles se deram e a forma como o fizera quarenta anos depois, em 2008. Como não poderia deixar de ser, as diferenças de contexto histórico vivenciadas entre 1968 e a atualidade produziram abordagens diferenciadas pela mídia a respeito dos mesmos acontecimentos. A pesquisa se dedica, portanto, a demonstrar essas diferenças e refletir sobre o seu significado. Outro ponto importante a ser destacado nesse trabalho é a reflexão a respeito da atual tendência memorialística dos veículos de mídia, que têm se ocupado cada vez mais do processo de construção da memória social. A cada dia, eles trazem à população uma verdadeira enxurrada de eventos supostamente memoráveis. As causas e efeitos desse fenômeno são também objeto de análise deste trabalho.

Agradecimentos

Este é um trabalho sobre o movimento estudantil, levado a cabo por uma observadora participante. Nesses seis anos de ECO e UFRJ, aprendi muitas coisas fora da sala de aula – pelo menos, fora das salas em que eu deveria estar assistindo aula. Portanto, nada me parece mais justo do que iniciar esses agradecimentos citando todos aqueles que fizeram parte dessa minha trajetória de movimento estudantil nesta universidade, participando de reuniões, assembléias, eleições, atos e ocupações. Esta monografia é, em grande medida, dedicada a estes estudantes que fazem da universidade um espaço que vai para muito além das aulas – um espaço de luta por uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Um espaço de luta, em última instância, por uma sociedade e um mundo melhor. É isto o que faz a universidade valer de fato à pena.

Desse modo, gostaria de iniciar meus agradecimentos dedicando esta monografia a todos aqueles que compartilharam comigo de gestões à frente do CAECO e do DCE Mário Prata, duas entidades históricas de luta dos estudantes. À frente dessas duas entidades, enfrentamos diretores autoritários, falta de democracia, decretos precarizantes, contra-reformas na educação superior. Se muitas vezes não vencemos, com certeza lutamos sempre de peito aberto contra adversários poderosos. Queria agradecer a todos esses companheiros de batalha, especialmente aos membros dos coletivos “Não Vou Me Adaptar” e “Nós Não Vamos Pagar Nada”, que lutam já há alguns anos em defesa da universidade pública, tão atacada pelos sucessivos governos de plantão.

O movimento estudantil acabou sendo para mim uma porta de entrada em discussões mais amplas do que as questões estritamente estudantis. Nesse sentido, acho que cabe agradecer aos meus companheiros militantes do PSOL e do PSTU. Agradeço principalmente aos meus companheiros do Reage Socialista, coletivo político do qual faço parte há quase cinco anos. Eles me ensinaram – e ainda ensinam – que é possível e necessário lutar por um mundo em que não haja a exploração do homem pelo homem.

Queria agradecer também a toda a minha família, mas principalmente à minha mãe, suporte fundamental nessa grande viagem que foi a universidade pública na minha vida. Cabem agradecimentos também a todos os meus amigos e ao meu namorado Daniel, pela capacidade de compreender e aceitar meu excesso de atividades. O movimento estudantil foi certamente nesses últimos anos uma das coisas que mais me absorveu – inclusive agora, quando sou comissão

eleitoral do DCE-UFF. Apesar disso, todos vocês souberam compreender essa minha dedicação a algo que de fato considero importante.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Ana Paula Goulart, pelo precioso auxílio que prestou para que eu concluísse com êxito este trabalho. Essa ajuda foi fundamental. Vale agradecer ainda aos membros da minha banca examinadora, Paternostro e William Braga, que certamente são para mim mais do que simplesmente dois professores. Trata-se de dois amigos e companheiros de luta, que enfrentaram, lado a lado conosco, uma série de embates para que a ECO e a UFRJ fossem melhores.

“É proibido proibir”
Pichação estudantil em muro de Paris em 1968

“Só o povo unido derruba a ditadura”
Slogan corrente nas manifestações estudantis realizadas em 1968 no Brasil

“1968: o ano que não terminou. 2008: o ano que está apenas começando!”
Extraído do blog da ocupação da reitoria da UnB em 2008, no momento em que os estudantes
derrubaram o ex-reitor Timothy Mulholland

“Educação não se faz por decreto. Nem chantagem.”
Extraído de cartaz exibido durante a ocupação da reitoria da UFRJ em 2007 contra o REUNI

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. UMA RECUPERAÇÃO DO CONTEXTO HISTÓRICO VIVIDO EM 1968 NO BRASIL E NO MUNDO

2.1 - A França

2.2 - A Tchecoslováquia

2.3 - Os Estados Unidos

2.4 – E, finalmente, o Brasil

3. 40 ANOS DEPOIS, O QUE MUDOU E O QUE PERMANECE?

3.1 – 2008 no Brasil

3.2 – 2008 no mundo

4. O ANO DE 1968 NA IMPRENSA

4.1 - A situação da imprensa brasileira no regime militar

4.2 - A imprensa no Brasil hoje

4.3 - A análise comparativa propriamente dita

5. COMO O ANO DE 1968 É LEMBRADO HOJE? ÀS VOLTAS COM AS QUESTÕES DA MEMÓRIA SOCIAL...

6. CONCLUSÃO

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Introdução

O tema a ser tratado neste trabalho será a cobertura jornalística das mobilizações estudantis ocorridas em 1968. Como todos sabem, aquele não foi um ano como outro qualquer. Trata-se de um período que foi sacudido por mobilizações estudantis no mundo inteiro. Na França, tudo começou com uma ocupação promovida por estudantes na Universidade de Nanterre. Eles exigiam o fim da separação de homens e mulheres nos alojamentos universitários. Como um rastilho de pólvora, no entanto, o movimento se ampliou enormemente, tanto em termos do seu alcance como no das reivindicações. Os estudantes questionavam a universidade, o governo do general De Gaulle, os valores vigentes na sociedade francesa, a ordem estabelecida. Sua mobilização se espalhou entre os trabalhadores, o que fez com que a França assistisse a uma grande greve geral naquele ano.

No Brasil, vivia-se uma ditadura militar desde 1964. Aqui, os estudantes questionavam o modelo de universidade vigente, exigindo uma reforma universitária. Ao mesmo tempo, rejeitavam a Lei Suplicy e os acordos MEC-USAID. Mais do que isso, questionavam também o regime militar, desafiando permanentemente a própria ditadura. Apesar da repressão, o movimento estudantil resistia vigoroso, tendo dado grandes demonstrações de força em diversas ocasiões, como no episódio da morte de Édson Luís ou na Passeata dos Cem Mil. A exemplo do que acontecia no Brasil e na França, os estudantes assumiam um papel de protagonismo dos acontecimentos sociais em diversas outras partes do mundo, questionando regimes, governos e instituições. Por todas essas razões, consideramos relevante analisar a maneira como a mídia brasileira se posicionou diante de tais acontecimentos.

O foco desta pesquisa será, portanto, a análise da cobertura jornalística das mobilizações estudantis ocorridas em 1968. Analisaremos tanto a cobertura realizada na época em que ocorreram os fatos quanto a comemoração dos quarenta anos daqueles eventos celebrada nas páginas do jornal *O Globo*. Nesse sentido, a idéia é empreender uma comparação entre a maneira como *O Globo* abordou esses acontecimentos no ano de 1968 e a forma como o fez quatro décadas depois, em 2008. Ao empreender tal análise comparativa, nos dedicaremos não somente a apontar mudanças na abordagem dos acontecimentos pelo jornal entre um período e outro, mas principalmente a pensar sobre o significado de tais mudanças.

A leitura da cobertura comemorativa dos quarenta anos de 1968 nas páginas de *O Globo* despertou em mim uma inquietação: como teria sido a cobertura jornalística desses mesmos eventos hoje comemorados pelo jornal no momento em que ocorreram? Essa inquietação é natural quando se leva em conta que algumas empresas de comunicação como as Organizações Globo, que hoje comemoram os quarenta anos das mobilizações estudantis de 1968, naquele período eram aliadas

notórias do regime militar. Desse modo, buscarei investigar sobretudo em minha pesquisa como o contexto histórico vivenciado influencia o texto jornalístico.

Também me dedicarei a analisar a atual tendência memorialística dos veículos de mídia, que têm se ocupado cada vez mais do processo de construção da memória social. A cada dia, eles nos trazem uma verdadeira enxurrada de eventos supostamente memoráveis. Me dedicarei em alguma medida a investigar esse fenômeno hoje tão em voga de tratar todos os acontecimentos como históricos, o que tem rendido muitas coberturas jornalísticas comemorativas de datas redondas.

A discussão teórica que fundamentará a realização desta pesquisa poderia ser dividida em três eixos básicos: o primeiro traça um panorama do contexto histórico vivido em 1968, o segundo apresenta a situação da imprensa no período e o terceiro se dedica à discussão das questões da memória social.

O primeiro capítulo deste trabalho se propõe a compor uma espécie de quadro geral do contexto histórico vivido em 1968 no Brasil e em diversas partes do mundo. Rio de Janeiro, Praga, Paris, Chicago... todas essas cidades foram palco de enormes mobilizações juvenis naquele ano. Em cada um desses lugares, a conjuntura vivenciada contribuiu de maneira decisiva para a eclosão das manifestações. É isto o que buscaremos demonstrar neste capítulo, que acaba também por reconstituir algumas das principais mobilizações ocorridas em 1968 na França, Tchecoslováquia, EUA e, finalmente, no Brasil. Desse modo, buscarei valiosas contribuições em obras clássicas sobre os acontecimentos daquele ano, como *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, e *O poder jovem*, de Artur Poerner. Recorrerei também a livros mais recentes sobre aquele período, como *Memórias estudantis, da fundação da UNE aos nossos dias*, de Maria Paula Araújo, e *1968: eles só queriam mudar o mundo*, de Regina Zappa e Ernesto Soto.

No capítulo seguinte, me dedicarei a fazer um panorama da conjuntura vivenciada em 2008 no Brasil e no mundo. Para tal, lançarei mão de conhecimentos adquiridos no cotidiano basicamente por meio da leitura de jornais e revistas. Utilizarei esses conhecimentos para construir uma reflexão própria a respeito da realidade que hoje nos cerca.

No próximo capítulo, me dedicarei à análise da cobertura jornalística das mobilizações estudantis que ocorreram em 1968 no Brasil. A idéia é estabelecer uma comparação entre a maneira como esses acontecimentos foram abordados pelo jornal *O Globo* em 1968 e quarenta anos depois, em série de reportagens comemorativa publicada em 2008. Antes de partir para a análise comparativa propriamente dita, no entanto, me dedicarei a uma reflexão sobre a situação da imprensa brasileira na década de 60 e na atualidade. Para tal, contarei com o auxílio de livros como *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*, de João Batista de Abreu, *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*, de Pery

Cotta, e *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, de Beatriz Kushnir. Este último, em particular, traz elementos fundamentais para a reflexão sobre a imprensa brasileira.

O último capítulo se ocupa das questões relativas à memória social, tendo como norte inevitável a pergunta: como o ano de 1968 é lembrado hoje? Além da resposta a essa indagação específica, me ocuparei da tarefa de refletir sobre a maneira como foi construída a memória que temos a respeito dos acontecimentos de 1968 no Brasil. Para tal, farei antes um esforço para trazer à tona conceitos importantes do campo dos estudos de memória. Nesse sentido, serão utilizados textos fundamentais sobre o tema, como os clássicos *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*, de Andreas Huyssen, e dois conhecidos artigos de Michael Pollak, “Memória, esquecimento, silêncio” e “Memória e identidade social”. Além disso, recorrerei ao artigo “Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento”, de Ana Paula Goulart Ribeiro, publicado no livro *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*.

Certamente as diferenças de contexto histórico vivenciadas entre 1968 e a atualidade produziram abordagens diferenciadas pela mídia a respeito dos mesmos acontecimentos. A idéia aqui é exatamente demonstrar essas diferenças e refletir sobre o seu significado. Eu me dedicarei ainda a investigar o fenômeno sociológico e midiático que faz proliferarem hoje as comemorações de datas redondas - independentemente de sua relevância - por parte dos meios de comunicação.

A pesquisa a que me lançarei de agora em diante será realizada a partir dos seguintes passos:

- Levantamento de material teórico. Nesse sentido, farei diversas leituras que possam dar conta do contexto histórico vivenciado em 1968, da forma como se comportava a imprensa brasileira no período e da maneira como opera a memória, importante para discutir como o passado é lembrado e comemorado pela mídia.
- Levantamento e análise comparativa de matérias jornalísticas sobre as mobilizações estudantis de 1968. Estabelecerei uma comparação entre a abordagem dispensada pelo jornal *O Globo* a esses eventos em 1968 e na atualidade.
- Reflexão acerca dos resultados obtidos durante a pesquisa e sistematização dos mesmos.

Esta será, em linhas gerais, a trajetória investigativa que empreenderei para concluir este trabalho. O tema em tela é sem dúvida muito relevante. Certamente, não será tarefa fácil levar a cabo de maneira satisfatória os objetivos que desejo alcançar com este trabalho. Seja como for,

espero que ele seja capaz de lançar alguma luz sobre questões importantes do nosso tempo, como o processo de construção da memória social, que hoje parece protagonizado pelos veículos de mídia.

2. Uma recuperação do contexto histórico vivido em 1968 no Brasil e no mundo

Em 2008, muito se falou sobre os 40 anos de 1968, tanto na imprensa quanto em debates e eventos comemorativos. A pergunta que fica é: por que lembrar 68 é tão importante? O que esse ano teve de tão especial? 40 anos depois, que legado ficou daquele momento histórico? A resposta a essas indagações é certamente importante num trabalho como este, que se dedicará a estabelecer uma comparação entre as coberturas jornalísticas a respeito das mobilizações estudantis de 68 realizadas na época e quatro décadas depois. Por isso, este capítulo buscará fazer uma recuperação do contexto histórico vivido naquele que ficou conhecido como “o ano que não terminou”¹. Isso nos permitirá compreender porque lembrar 68 ainda é tão importante nos dias de hoje. Vencida essa primeira etapa, poderemos passar então à segunda pergunta fundamental: como o 68 é lembrado hoje? Este tema, no entanto, será abordado nos demais capítulos.

Como todos sabem, 1968 não foi um ano qualquer. Nos quatro cantos do mundo, aquele foi um ano marcado por uma irresistível atmosfera de contestação, que a tudo arrebatava. Regimes, governos, instituições, costumes, nada se manteria incólume diante do ímpeto questionador que marcou a época. O grande sujeito por excelência desse conturbado período da História foi, sem dúvida, a juventude. Mais especificamente, os jovens estudantes. Seria lícito dizer que em nenhuma outra época se expressou com tamanha clareza e contundência aquilo que Artur Poerner chamou de “o poder jovem”². Em países separados por grandes diferenças culturais, étnicas e históricas, se via a mesma fúria iconoclasta por parte da juventude, que punha em marcha, a um só tempo, revoluções comportamentais e políticas. A transformação estava na ordem do dia, como um imperativo, e seus protagonistas juvenis tinham muita pressa. Numa época em que o pequenino e subdesenvolvido Vietnã derrotava militarmente a “imbatível” máquina de guerra norte-americana, parecia de fato realista - e necessário - “exigir o impossível”. Esta era a atmosfera de 1968.

Poderíamos passar dias inteiros falando das mobilizações que marcaram 68 nas diversas partes do mundo. Afinal, foram muitas. No entanto, devido à necessidade de nos atermos aos objetivos deste trabalho, nos deteremos mais sobre a recuperação do contexto histórico e das mobilizações vivenciadas no Brasil em 68. Antes disso, porém, serão brevemente abordadas as mobilizações ocorridas em três outros países: França, Estados Unidos e Tchecoslováquia. Isto possibilitará enxergar as semelhanças e diferenças que tais processos guardam entre si, evitando a tendência, relativamente comum em nossos dias, de descontextualizar as mobilizações ocorridas em cada

¹ VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano que Não Terminou. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

² POERNER, Artur José. O Poder Jovem. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

lugar, colocando sobre todas elas o mesmo rótulo. Nas palavras de Zuenir Ventura, o que temos de 68 é uma “vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica viagem de uma geração de heróis, ou a proeza irresponsável de um ‘bando de porralocas’”.³ Como este trabalho não pretende fortalecer esse tipo de imagem distorcida, nos deteremos brevemente sobre os acontecimentos que marcaram 1968 na França, EUA e Tchecoslováquia, para só então passarmos a uma análise do contexto histórico então vivenciado no Brasil. Para este primeiro momento de caracterização das mobilizações internacionais, me utilizarei fartamente do livro de Regina Zappa e Ernesto Soto.⁴

2.1 - A França

O chamado maio francês na verdade teria tido início, segundo diversos historiadores, bem antes de 1968: mais precisamente na greve de mineiros de 1963 estaria a sua primeira semente. Naquele ano, os operários das minas francesas haviam cruzado os braços para protestar contra as medidas adotadas pelo governo De Gaulle depois de um referendo realizado no ano anterior, que afetava, entre outras coisas, a garantia de emprego, o direito de paralisação, a previdência social, as universidades e os salários. Neste momento, se iniciaram pequenas lutas de resistência operária, marcadas pela radicalização e ação direta das massas. Os estudantes também se viam atingidos pelas medidas governamentais adotadas após o referendo, o que fez com que progressivamente se incorporassem a essas pequenas lutas que pipocavam. Paralelamente, se desenvolvia nas universidades francesas uma grande campanha contra o Plano Fouchet, que constituía então tentativa do governo de empreender uma reforma do ensino superior. O principal objetivo da proposta governamental era adequar o número de estudantes às necessidades da economia, que já não conseguia absorver toda a mão-de-obra formada pelas universidades.

O estopim para as mobilizações estudantis que marcaram o maio francês se daria na Universidade de Nanterre. Em 23 de fevereiro de 1968, essa universidade foi palco de uma agitação cuja exigência era a livre circulação de homens e mulheres nas residências estudantis. Mais tarde, no dia 22 de março, estudantes a ocupariam sob a liderança de Daniel Cohn-Bendit, em protesto contra a prisão de membros do Comitê contra a Guerra do Vietnã. O que se viu em seguida foram manifestações de solidariedade à causa dos jovens de Nanterre protagonizadas por estudantes de outras partes do país.

³ VENTURA, Zuenir. Op. Cit. Pág. 14

⁴ ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. 1968: eles só queriam mudar o mundo. RJ, Jorge Zahar, 2008.

A partir do dia 2 de maio, foi possível observar um recrudescimento dos protestos estudantis em Paris e Nanterre. Naquele dia, foram montadas as primeiras barricadas nas ruas da capital francesa, que seria o palco dos primeiros choques entre os estudantes e a polícia. Enquanto isso, a reitoria da Universidade de Nanterre decidiu fechá-la devido a uma manifestação antiimperialista organizada pelos estudantes. Com isso, centenas de alunos daquela faculdade seguiram para Paris, tendo ocupado a Sorbonne no dia seguinte. A polícia logo invadiria a universidade, reprimindo com violência os protestos estudantis, que a essa altura cada vez mais ganhavam as ruas. O saldo dos confrontos com a polícia naquele dia: 600 estudantes presos e mais de 100 feridos.

A repressão policial só fez aumentar ainda mais a insatisfação dos jovens, que agora era compartilhada por outros setores da sociedade, como sindicalistas, professores, funcionários, jornalistas, comerciantes e bancários. Todos eles aderiram à causa estudantil. Os operários de Paris, influenciados pelos protestos estudantis, passaram a ocupar fábricas e organizar passeatas e greves. Segundo Regina Zappa e Ernesto Soto, “de protesto estudantil contra o autoritarismo e o anacronismo das universidades, o movimento rapidamente transformou-se, com a adesão dos trabalhadores, numa grande contestação política ao regime gaullista.”⁵ O apoio dos operários às manifestações estudantis se deu inicialmente à revelia tanto da CGT quanto do Partido Comunista Francês. Ambos tentavam, sem sucesso, convencer os sindicalistas a abandonarem as paralisações em favor da garantia de emprego. Depois passariam a apoiar, ainda que apenas temporariamente, as mobilizações.

Diante da dimensão que os protestos atingiram, o general De Gaulle viajou no dia 29 de maio para Baden-Baden, na Alemanha, com o objetivo de buscar apoio para uma possível intervenção militar na França. Ao retornar no dia seguinte, no entanto, os Champs-Élysées estavam tomados por uma multidão de um milhão de gaullistas. Argumentando que era preciso salvar a França do comunismo, De Gaulle dissolveu a assembléia e convocou eleições. Paralelamente, iniciava negociações com a CGT. O resultado dessas negociações foram os acordos de Grenelle, que estabeleciam aumentos salariais, promessa de redução da jornada de trabalho e de garantia no emprego, legalização da representação sindical, pagamento de 50% sobre os dias parados. O acordo, inicialmente rejeitado, acabou sendo fechado graças à atuação dos dirigentes sindicais do PCF. Diante disso, o governo mandou que a Sorbonne e as fábricas fossem desocupadas pela polícia, o que ocorreu sem que a CGT esboçasse qualquer reação. As eleições legislativas foram convocadas para 23 e 30 de junho. Era o fim do maio francês.

⁵ Idem. Págs. 117 e 119.

Em um ponto, as insatisfações dos estudantes e dos trabalhadores coincidiam: os dois grupos, que viviam numa França próspera e estável, buscavam um sentido para a existência e a transformação de seu modo de vida. O poder da Quinta República havia se concentrado em poucas instituições e o autoritarismo da elite parisiense, que dirigia o país, era excludente, extremamente hierárquico e opressor. Assim, a autoridade estava sendo questionada e o autoritarismo, combatido.⁶

2.2 - A Tchecoslováquia

Na Tchecoslováquia também se instalaria, alguns meses depois, o clima de insurreição juvenil. Por lá, no entanto, o cenário era bem diferente do da França gaullista: tratava-se de uma das repúblicas aliadas à URSS. A regra no interior da chamada “cortina de ferro” eram então regimes endurecidos pela lógica do stalinismo, que sufocava as liberdades. Na Tchecoslováquia, as coisas não eram muito diferentes. No entanto, em janeiro de 68, Alexander Dubcek assumira a liderança do Partido Comunista no lugar de Antonin Novotny. A partir daí, acumulando as funções de chefe do partido e do Estado, Dubcek iniciaria um processo de reformas visando a desestalinização da Tchecoslováquia, o que desagradaria profundamente o Comitê Central do Partido Comunista Soviético.

Dubcek jamais questionou o comunismo e as relações de amizade entre os países socialistas que integravam o bloco soviético. No entanto, queria ver implantado em seu país um “socialismo com face humana”. Para isso, era necessário levar a cabo um verdadeiro processo de desestalinização. Pressionado por diversos setores da sociedade, Dubcek acabou pisando no acelerador das mudanças: daí viriam reformas políticas e econômicas, um Judiciário independente, imprensa livre, tolerância religiosa, garantia dos direitos civis, federalização efetiva, liberdade de organização partidária, remodelamento do Partido Comunista, reabilitação dos perseguidos políticos e eleição de uma assembléia geral multipartidária. Antecipando-se às reformas, operários das principais fábricas do país fundariam comitês de autogestão.

Regina Zappa e Ernesto Soto assim caracterizam o momento vivido pela Tchecoslováquia em 1968:

a situação política não era nada confortável e Dubcek tinha de fazer um extraordinário esforço para manter o precário equilíbrio entre as forças opostas que mantinham seu governo de pé. A verdade é que, como um hábil acrobata, ele se equilibrava precariamente numa corda bamba, sujeito a ventos, chuvas e trovoadas. Por um lado, tinha que manter acesa a chama de reformador que incendiava o entusiasmo, especialmente dos jovens e intelectuais. De outro, precisava mostrar à

⁶ Idem. Pág. 126

velha guarda comunista e aos partidários de Novotny, ainda encastelados na pesada estrutura do poder, que podiam confiar nele. Finalmente, fazer os russos acreditarem numa mentira, a de que mantinha pleno controle da situação.⁷

A chamada Primavera de Praga cedeu lugar a um verão quente e abafado. No dia 20 de agosto, tropas de cinco países do Pacto de Varsóvia foram mobilizadas para uma invasão que tinha como alvos as principais cidades da Tchecoslováquia. A “Operação Danúbio”, como ficou conhecida, tinha por objetivos prender e fuzilar Dubcek, estabelecendo um novo governo provisório. No entanto, as coisas seriam mais difíceis do que os soviéticos imaginavam: Dubcek não renunciou ao poder, nenhum governo fantoche foi formado e a juventude reagiu construindo barricadas e enfrentando os tanques russos com pedras e coquetéis molotov.

A invasão soviética na Tchecoslováquia provocou protestos no mundo inteiro, inclusive nos próprios países e partidos comunistas. Mesmo assim, milhares de tchecos se viram obrigados a abandonar seu país e buscar asilo. Quando o verão chegou ao fim, 650 mil soldados estrangeiros e quase 7 mil tanques ocupavam o país. A censura à imprensa estava de volta à cena e as liberdades que haviam florescido durante a Primavera de Praga se viam reduzidas à condição de uma lembrança.

2.3 - Os Estados Unidos

Num ano em que a temperatura subiu em todas as partes do mundo, nem mesmo os EUA ficariam de fora do grande ímpeto contestatório reinante. O Tio Sam se veria sacudido em 1968 pelo movimento em defesa dos direitos civis, que questionava o chamado “american way of life”. Paralelamente, a oposição à Guerra do Vietnã crescia a cada dia no seio da juventude universitária norte-americana, que se rebelava contra o alistamento e o serviço militar obrigatório.

O estado de bem-estar social não foi construído nos EUA da mesma forma que na Europa. Os americanos se preocuparam tão somente em criar igualdade de condições para que as pessoas competissem no mercado de trabalho. Portanto, as desigualdades criadas pelo mercado não eram combatidas. Enquanto isso, a tradição social-democrata buscava diminuir as desigualdades geradas pelo mercado. Por isso, as políticas sociais do welfare state europeu eram de caráter universalista. É nesse sentido que se promovia a inclusão da classe trabalhadora nas sociedades européias. Já nos EUA, os serviços públicos essenciais eram oferecidos por empresas privadas através de contratos coletivos de trabalho. Essa característica excluiu boa parte da população americana do acesso a tais

⁷ Idem. Pág. 188

serviços. A parcela da população que ficou excluída desse acesso não tinha, no entanto, qualquer visibilidade: eram os negros e imigrantes. Esse estado de coisas fez surgir, entre as décadas de 50 e 60, o movimento em defesa dos direitos civis, que tinha como principal característica a crítica do “american way of life”.

Dentro do espectro do movimento em defesa dos direitos civis, se destacava a presença de intelectuais da chamada “nova esquerda”, feministas, jovens universitários e de negros. Aliás, o movimento negro é um capítulo à parte em termos da luta em defesa dos direitos civis nos EUA. Vivendo em uma sociedade fortemente marcada pela segregação racial, os negros norte-americanos se organizaram para lutar contra o status quo. Essa luta se deu tanto através de organizações pacifistas como a Southern Christian Leadership Conference (SCLC), fundada e dirigida por Martin Luther King, quanto de organizações que defendiam a luta armada, como era o caso do Partido dos Panteras Negras. De um modo ou de outro, o fato é que o movimento negro polarizou a sociedade norte-americana. Luther King acabaria vítima dessa polarização, tendo sido assassinado em 68 por um fanático segregacionista que havia fugido da prisão.

Enquanto isso, ganhava força no seio da juventude norte-americana a chamada filosofia hippie.

Os hippies repudiavam as instituições estabelecidas, os valores da classe média, as armas nucleares e a Guerra do Vietnã. Sentiam-se atraídos pela filosofia oriental e eram, invariavelmente, vegetarianos e amantes da natureza e do modo natural de vida. Criaram comunidades, onde exerciam suas escolhas e viviam como uma grande família, compartilhando filhos e trabalho. O movimento hippie começou nos Estados Unidos nos anos 60 e se espalhou pelo mundo.⁸

A influência da filosofia hippie fez com que crescesse a oposição à Guerra do Vietnã entre os jovens norte-americanos. Slogans como “faça amor, não faça guerra” se disseminaram de maneira impressionante entre essa juventude, que recusava o alistamento e o serviço militar obrigatório.

A verdade é que nos EUA a década de 60 como um todo foi marcada pelo signo da polarização e da violência política. O ano de 1968 talvez possa ser apontado como o auge desse processo.

2.4 – E, finalmente, o Brasil

Após esse breve passeio internacional, chegamos finalmente ao Brasil. O ano de 1968 também foi muito marcante por aqui. A ideia da expressão “o ano que não terminou”, cunhada pelo jornalista Zuenir Ventura, é justamente

⁸ Idem. Pág. 259

mostrar que 68 começa com enormes motivações, grandes propostas e grandes esperanças... sufocadas pelo Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968. Toda a movimentação política, todas as bandeiras levantadas, toda a efervescência do período foi abalada na decretação do AI-5. (...) Sufocado nos anseios e nas energias liberadas, o ano de 1968 teria ficado, portanto, estranhamente inacabado.⁹

Antes de abordarmos especificamente as mobilizações estudantis que sacudiram o ano de 1968 no Brasil, torna-se necessário recuperar o contexto histórico em que elas ocorreram, marcado por uma ditadura militar que se instaurara no país quatro anos antes, em 1964. Portanto, seremos forçados aqui a um recuo cronológico um pouco maior, que irá até 64. Nesse sentido, me utilizarei fartamente do livro de Maria Paula Araújo¹⁰ para reconstituir em breves linhas o período 1964-1968 no Brasil.

Os anos anteriores ao golpe de 64 foram marcados por uma grande polarização política na sociedade brasileira em torno da campanha pelas chamadas reformas de base. O governo João Goulart foi atravessado por essa polarização, cujo desfecho se daria no dia 31 de março de 1964. A partir daí, os militares se instauram no poder com o anunciado objetivo de “restaurar a ordem e devolver o país à legalidade democrática.” No entanto, permaneceriam no poder durante mais de 20 anos.

As reformas de base tinham no governo Jango um sentido estratégico: abrir caminho para o desenvolvimento econômico e social do país através da supressão dos aspectos arcaicos da sociedade brasileira e de sua extrema dependência do imperialismo norte-americano. Esse desenvolvimento se daria a partir das riquezas nacionais e estaria a serviço do bem-estar do povo brasileiro. Na ordem do dia, estavam as reformas urbana, universitária e agrária. Esta última era, por sinal, a mais urgente, mas também era a que mais atingia os interesses econômicos, posições sociais e privilégios políticos consolidados no país. Por tudo isso, era obviamente a mais controversa. Ao levantar a bandeira da reforma agrária, João Goulart se dispôs a mexer num vespeiro que nem mesmo Vargas tivera a pretensão de cutucar: a questão da propriedade da terra no Brasil. Um amplo leque de forças progressistas que reunia comunistas, nacionalistas, sindicalistas e trabalhistas pressionava Jango para que acelerasse a implementação das reformas de base. Ao mesmo tempo, os latifundiários e grandes empresários viam seus privilégios ameaçados não só pelas reformas, mas pelo governo como um todo. Eis a polarização política que deu o tom do que seriam os anos em que João Goulart esteve na presidência do país.

⁹ ARAÚJO, Maria Paula. Memórias estudantis, da fundação da UNE aos nossos dias. RJ, Relume-Dumará, 2007. Pág. 161

¹⁰ Idem.

A partir da ação dos setores progressistas da sociedade, a campanha pelas reformas de base se ampliou enormemente. Com isso, aumentou também a pressão para que Jango pisasse no acelerador das transformações. Resultado: em comício realizado no dia 13 março de 1964 na Central do Brasil, o presidente falou sobre as reformas de base, comprometendo-se com elas. Naquele dia, ele anunciou uma nova lei que limitaria a remessa de lucros para o exterior por empresas multinacionais e um decreto de desapropriação de terras localizadas à margem de rodovias, ferrovias e obras públicas.

Como apontou a historiadora Alzira Abreu, o comício da Central do Brasil foi “a senha para a união de todos os conspiradores civis e militares, que iniciaram os preparativos para a derrubada de Goulart.” Esse comício também estimulou o medo da classe média e fez recrudescer o sentimento anticomunista que havia em parte da sociedade. A resposta dos setores conservadores ao comício foi a realização, em várias cidades do país, de Marchas da Família com Deus pela Liberdade.¹¹

A partir daí, o cenário já estava pronto para o golpe militar. Ou melhor, quase pronto: o tiro de misericórdia na democracia brasileira seria dado pelos desdobramentos da Revolta dos Marinheiros, ocorrida no dia 26 de março. Este episódio forneceu os argumentos que os grupos conservadores precisavam para dizer que os comunistas estavam incentivando a quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas. Definitivamente, era preciso restabelecer a ordem.

É nesse contexto que no dia 31 de março o general Mourão Filho iniciou em Juiz de Fora uma movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. Jango não ofereceu qualquer resistência ao golpe militar. Segundo alguns de seus correligionários, ele desejava a todo custo evitar uma guerra civil. Assim, viajou para o Rio Grande do Sul, tendo depois se exilado no Uruguai. Com isso, o senador Moura Andrade, então presidente do Congresso Nacional, declarou a vacância do cargo de presidente da república. No dia 3 de abril, o general Castelo Branco já era o novo presidente do país.

Poucos dias após o golpe, foi editado o Ato Institucional número 1, que permitiu as primeiras cassações de mandatos parlamentares e suspensões de direitos políticos. A partir daí, uma enorme violência se abateria sobre os dirigentes políticos que faziam parte da frente em defesa das reformas de base. Isto afetou profundamente a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o movimento estudantil de conjunto, já que tais atores estiveram fortemente engajados na campanha pelas reformas.

¹¹ Idem. Pág. 139

Logo após o golpe, mais precisamente no dia 1º de abril, a sede da UNE, situada na Praia do Flamengo, seria criminosamente incendiada. A imagem do edifício ardendo em chamas é talvez uma das memórias mais fortes que ficaram do golpe de 64. A mensagem do novo regime foi rapidamente entendida pela diretoria da entidade: uma parte pediu asilo político a países estrangeiros e a outra simplesmente caiu na clandestinidade.

Apesar do clima de mobilização popular em torno das reformas de base nos dias que antecederam o golpe, no dia 31 não houve qualquer resistência popular à tomada do poder pelos militares. Nas palavras de Franklin Martins,

o golpe estava no horizonte, todo mundo sabia que ele poderia ocorrer. O problema é que ele veio e não enfrentou qualquer resistência séria. Foi um passeio. (...) A falta de resistência ao golpe militar traumatizou o movimento democrático, o movimento popular, as esquerdas no Brasil. Ou seja, nós perdemos sem sair às ruas, no máximo correndo para as embaixadas.¹²

Maria Paula Araújo teoriza a respeito dessa “resistência que não houve”. Nas palavras dela,

a explicação mais corriqueira dada para isso é o fato de que o próprio Presidente da República, ao deixar o país logo depois do golpe em direção ao exílio no Uruguai, decretou a não resistência. Jango declarou que deixava o país para evitar uma guerra civil. Mas a “resistência que não houve” aponta também para uma questão crucial: o enorme erro de avaliação das forças de esquerda sobre sua capacidade política em termos gerais: capacidade mobilizadora, apoio popular e capacidade de resposta política.¹³

Entre 1964 e 1968, a UNE viveu uma fase que poderia ser definida como “semiclandestina”. Isso porque no dia 27 de outubro de 64 foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional um decreto que extinguiu a entidade. Além disso, o dispositivo também proibia greves e a realização de atividades políticas pelas entidades estudantis. Após o golpe, diversos diretórios e centros acadêmicos foram fechados. O governo militar interveio em diversas universidades, cassando registros de professores considerados comunistas, expulsando estudantes e nomeando interventores como diretores de unidades.

Com o objetivo de acabar definitivamente com a autonomia do movimento estudantil, o governo militar editou, em novembro de 64, a Lei Suplicy de Lacerda.

Pelo documento, a UNE era substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEES).

¹² Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. (Col. Memória Social). Pág. 94

¹³ ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. Págs. 153-154

Impedia-se, além disso, através de restrições as mais variadas, o livre curso do diálogo entre os diretórios acadêmicos e os alunos. (...) Os direitos de livre manifestação do pensamento, de livre associação e de organização interna eram, também, vulnerados, com o estabelecimento de data e normas para as eleições, número de participantes dos Diretórios Acadêmicos e da convocação dos pleitos pelas autoridades universitárias, através de edital. (...) Era, em suma, a colocação do movimento estudantil sob a tutela do Governo, através da intervenção direta do Ministério da Educação. “- Calem-se para sempre!” - eis a mensagem das autoridades de abril, através da Lei, aos jovens do seu País. Em troca, a juventude silenciosa e bem-comportada ganharia alguns bombons: os Diretórios Acadêmicos seriam transformados em alegres centros recreativos ou, na melhor das hipóteses, em clubes esportivos, cujos atletas envergariam, com orgulho, camisas olímpicas com a inscrição *University of Brazil* no peito. Talvez fosse até possível substituir o futebol pelo *rugby*...¹⁴

O movimento estudantil resolveu boicotar a Lei Suplicy e, na época, isto ajudou em sua reorganização. Em 1965, a UNE, apesar de proscrita pelo governo militar, realizou um plebiscito nacional no qual 92,5% dos universitários brasileiros formalizaram seu repúdio a essa legislação. Por outro lado, diversos dirigentes estudantis da época hoje fazem auto-crítica em relação à tática adotada para boicotar a Lei Suplicy, que se expressou na política dos DA's livres. Na época, a esquerda optou por abandonar a disputa dos diretórios oficiais e realizar eleições para os chamados diretórios livres, que não eram reconhecidos pelas direções das faculdades. O balanço que se faz hoje dessa tática é de que a esquerda, ao não disputar as eleições para os diretórios oficiais, permitiu que a direita ocupasse esse espaço e se fortalecesse.

Diante do fracasso do Diretório Nacional dos Estudantes em se tornar de fato uma entidade representativa do corpo discente, o Governo Castelo Branco optou por revogar a Lei Suplicy em 1967. Vitória do movimento estudantil? Mais ou menos. Na verdade, a partir do decreto-lei 288, que ficou conhecido como Lei Suplicy-Aragão, “mesmo os estudantes pró-governamentais perdiam as suas entidades em nível nacional e estadual, com a limitação da atividade estudantil, inclusive dos ‘pelegos’, ao âmbito de cada Universidade. Passou-se a admitir somente os Diretórios Acadêmicos pró-Castelo”.¹⁵ Em suma, a emenda saiu pior do que o soneto, mas a UNE continuou a liderar, clandestina, o movimento estudantil.

Em resposta à grande campanha que o movimento estudantil empreendia desde o início dos anos 60 por uma reforma universitária, o governo militar assinou os chamados Acordos MEC-USAID, que institucionalizavam a intervenção norte-americana no ensino brasileiro. Esses acordos seguiam a orientação prescrita no Relatório Atcon. Segundo esse documento:

¹⁴ POERNER, Artur José. Op. Cit. Págs. 231 e 232

¹⁵ Idem. Pág. 279.

... O clã dos graduados universitários domina todos os aspectos significativos da vida social: acresça-se a isso que apenas quatro latino-americanos em cada 10 mil atingem um grau acadêmico e podemos prontamente concluir que é nosso dever consagrar a máxima atenção, quando não interferir decisivamente, nesta instituição social denominada A Universidade.¹⁶

Ao determinar como deveria ser processada essa interferência, o documento recomendava:

Desenvolver uma filosofia educacional para todo o continente;... estabelecer programas de ação educacional em todos os níveis educacionais e obter os meios financeiros para levar à prática tal política; criar e manter um serviço de Consultoria para as Universidades latino-americanas;... a transformação da universidade estatal numa fundação privada;... a eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial;... colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos...¹⁷

Para a execução dos Acordos MEC-USAID, firmados entre Brasil e Estados Unidos no mais absoluto sigilo, foi estabelecida a criação de um grupo integrado por cinco técnicos americanos e cinco brasileiros. Como se não bastasse a já absurda igualdade numérica entre americanos e brasileiros no interior desse grupo, outros fatores contribuíram para inferiorizar a atuação dos técnicos nacionais. Afinal, eram os americanos os donos do dinheiro e, portanto, forneciam as diretrizes do trabalho dos colegas brasileiros. O Professor Rudolph Atcon dirigia pessoalmente o planejamento do ensino superior brasileiro. Tudo isso foi habilmente explorado pelo movimento estudantil, que promoveu uma grande campanha contra os Acordos MEC-USAID. De maneira acertada, os estudantes denunciavam a intenção de tais acordos: promover uma uniformização ideológica da América Latina segundo os interesses norte-americanos. O ponto culminante desse movimento se deu quando em 1967 o próprio ministro da educação, embora alegando desconhecer os textos dos acordos, se comprometeu a revê-los “em todos os pontos considerados inconvenientes aos interesses do Brasil”. Diante da pressão norte-americana, no entanto, o ministro Tarso Dutra se penitenciaria de suas hesitações, declarando que nada havia a revisar nas diretrizes dos Acordos MEC-USAID.

No ensino superior brasileiro, a prerrogativa da autonomia universitária foi, durante muito tempo, um entrave ao estabelecimento de um convênio geral com a USAID. Diante disso, passou-se a apostar na diminuição da independência dos reitores a partir da criação de um Conselho dirigido por Atcon. As verbas destinadas às universidades foram centralizadas também com este objetivo.

¹⁶ Idem. Pág. 238.

¹⁷ Idem. Págs. 238 e 239.

Apesar dos protestos estudantis, vários pontos dos Acordos MEC-USAID foram implementados através da reforma universitária realizada em 1968.

A reforma universitária reivindicada pelo movimento estudantil era muito diferente daquela implementada pelo governo militar em 68. Desde o início da década de 60, a UNE vinha se dedicando a debater o tema, sempre dentro da perspectiva de que as mudanças a serem promovidas no sistema universitário deveriam funcionar como uma alavanca para o desenvolvimento do país.

Com a reforma universitária os estudantes pretendiam democratizar a universidade e transformá-la num instrumento de desenvolvimento do país. Em seu depoimento, Aldo Arantes conta: “Na verdade, a discussão era primeiro voltar a universidade para o povo brasileiro. Considerava-se, na época, que a universidade era muito elitista, e que era necessário voltar a universidade para o povo. Isso refletindo não só na abertura da universidade para os segmentos mais pobres da população, como também um conteúdo mais voltado para resolver os problemas do conjunto da sociedade.”¹⁸

Outra preocupação importante dos estudantes era a democratização do poder no interior das universidades. Na época, os professores catedráticos eram hegemônicos na direção das instituições de ensino superior, enquanto os estudantes não podiam opinar sobre nada. Diante desse cenário, o movimento estudantil levantou a bandeira da participação de 1/3 dos estudantes nos colegiados das universidades. Essa proposta pretendia alterar a composição dos órgãos de direção universitária, inserindo neles estudantes e funcionários com direito a voz e voto. Para organizar a luta em defesa dessa reivindicação, a UNE convocou a chamada Greve do 1/3 em 1962, que alcançou amplitude inédita até então.

A questão da reforma universitária foi intensamente pautada pelos estudantes durante a gestão de Aldo Arantes à frente da UNE (1961-1963). A capilarização desse debate por todo o Brasil foi promovida pela ação da UNE-Volante, caravana de diretores da entidade e membros do CPC que percorria os quatro cantos do país com o objetivo de mobilizar os estudantes em torno das bandeiras que o movimento estudantil levantava. A UNE-Volante realizou assembleias em diversas universidades, tendo chegado até os lugares mais recônditos do Brasil. Isso foi muito importante para que a mobilização em torno da reforma universitária ganhasse a expressão que ganhou. Lamentavelmente, a reforma universitária do governo militar era bem diferente desta que fora objeto de intensa luta estudantil durante toda a década de 60.

No Brasil, as lutas estudantis que culminaram em 1968 começaram a ganhar força alguns anos antes, mais precisamente em 1966, quando ocorreram violentos conflitos entre estudantes e a

¹⁸ ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. Pág. 103.

polícia. Um marco nesse sentido foi o chamado Massacre da Praia Vermelha, episódio em que estudantes cariocas foram duramente reprimidos pela polícia ao ocuparem a sede da Faculdade Nacional de Medicina. Na ocasião, o prédio foi invadido pelos policiais e a violência foi impressionante. O saldo desse episódio, nas palavras de Vladimir Palmeira: “Ficou uma vanguarda que fez 1968. O que sobrou ali foi uma vanguarda que deu um salto.”¹⁹

Sobre o período de reorganização do movimento estudantil entre 1964 e 1968, vale à pena destacar uma reflexão de Franklin Martins, ex-presidente da antiga União Metropolitana dos Estudantes (UME):

Entre 1964, na época do golpe, e 1967, havia uma camada de estudantes frontalmente contrária à ditadura, muito mobilizada e atuante. Ela fazia de tudo: distribuía panfletos, pintava paredes, fazia assembléias, participava de manifestações de rua. Mas, de certa forma, era um corpo estranho dentro das faculdades, relativamente isolado. Até tinha algum apoio da maioria dos estudantes, mas um apoio frouxo, não mais do que uma simpatia, naquela base do “esse cara é legal, mas também é meio doidão, e essa barra é muito pesada.” Havia, do outro lado, na massa dos estudantes, um profundo descontentamento com a universidade. A universidade pública, naquela época, era muito arcaica, cheirava a naftalina, era uma coisa horrível, tudo velho. (...) A massa dos estudantes queria uma boa formação, queria ter acesso ao mercado de trabalho, queria liberdade, queria livrar-se da mesquinhez e da mediocridade da universidade, e não suportava a ditadura e a censura. Mas, em termos práticos, havia uma enorme distância entre a “vanguardinha” e a massa dos estudantes. Em 1968, como fruto de uma longa discussão que atravessou todo o ano de 1967, construiu-se uma linha dentro do movimento estudantil que propunha que partíssemos das contradições particulares dos estudantes para as contradições gerais. Ou seja, os estudantes tinham problemas nas suas salas de aula, eles não precisavam começar lutando diretamente contra o imperialismo americano ou contra a ditadura. Mas eles chegariam lá se fossem, na sua experiência, topando com os problemas. Porque a ditadura não era uma abstração, ela existia dentro das universidades, na sua mediocridade, na sua repressão. Então, se você levasse os estudantes a se mobilizar, a se mexer, a defender seus interesses, eles topariam com a repressão, eles topariam com a mediocridade da universidade, eles topariam com uma universidade contrária aos interesses deles. Poderiam, com isso, desenvolver-se e chegar longe. E foi isso o que ocorreu. (...) em 1968, já havia uma linha de movimento estudantil madura, que combinava corretamente, primeiro, o trabalho dentro de sala de aula com a manifestação de rua; segundo, a luta específica com a luta geral.²⁰

Depois dessa não tão breve introdução, finalmente chegamos a 1968 no Brasil. As informações fornecidas até aqui dão conta de formar um panorama mais geral da realidade brasileira no período

¹⁹ Idem. Pág. 171.

²⁰ Memória do Movimento Estudantil. Op. Cit. Págs. 95 e 96.

e do processo de reorganização do movimento estudantil pós-golpe de 64. A partir dessa contextualização, poderemos entender com maior facilidade porque 68 é um ano pontuado no Brasil por tantas lutas estudantis marcantes.

O ano de 1968 foi um ano de grandes mobilizações no Brasil, principalmente durante o primeiro semestre. Da morte de Édson Luís, no final de março, até a Passeata dos Cem Mil, em junho, o que se viu foi uma grande escalada de mobilização juvenil, que se expressou numa significativa quantidade de protestos e passeatas país afora. No segundo semestre do ano, no entanto, o ritmo do movimento estudantil diminuiria proporcionalmente ao aumento da repressão policial às manifestações. “Franklin Martins lembra que as manifestações estudantis do segundo semestre já estavam sendo reprimidas com muita violência. No Rio de Janeiro, pelo menos, as manifestações passaram a ser reprimidas a bala, o que representava uma enorme diferença em relação ao primeiro semestre.”²¹ Em outubro, o Congresso de Ibiúna é descoberto pela polícia, o que constitui verdadeira tragédia para o movimento estudantil brasileiro: naquele momento, todas as suas lideranças são presas e fichadas pela ditadura.

Para os objetivos deste trabalho, vale à pena abordar aqui de maneira breve alguns eventos do movimento estudantil em 1968. Mais especificamente a morte de Édson Luís, a Sexta-Feira Sangrenta, a Passeata dos Cem Mil e o Congresso de Ibiúna. Tais episódios serão posteriormente trabalhados novamente no capítulo 4, em que serão comparadas as reportagens realizadas a respeito de cada um deles em 1968 e 40 anos mais tarde, em 2008.

“O Rio de Janeiro já foi uma cidade capaz de parar numa sexta-feira para enterrar um estudante morto pela PM. Eram de fato outros tempos aqueles em que a revolta contra uma violência policial colocava milhares de pessoas nas ruas.”²² Esse trecho do livro de Zuenir Ventura dá bem a dimensão que tomou o assassinato do estudante secundarista Édson Luís de Lima Souto pela polícia no dia 28 de março de 1968. O incidente ocorrera durante passeata estudantil em defesa do restaurante Calabouço, que os militares desejavam a todo custo demolir por vê-lo como aquilo que ele de fato era: um centro de efervescência estudantil. Na época, a desculpa dada para a demolição era a construção de um viaduto. No entanto, a própria reação da polícia à manifestação dos estudantes em defesa do restaurante – a bala – era um claro sinal de que ali havia muito mais em jogo do que um mero viaduto. Naquele dia, atingido por um tiro à queima-roupa, o jovem Édson Luís caiu morto em frente ao Calabouço. Seus colegas levaram seu corpo em passeata até a Assembléia Legislativa, onde ele seria velado ao longo de toda a noite por uma multidão que só

²¹ ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. Pág. 189.

²² VENTURA, Zuenir. Op. Cit. Pág. 97

fazia aumentar. Aquela morte calou fundo na consciência da sociedade carioca, atormentada pelo recém-cunhado bordão “Mataram um estudante. Podia ser um filho seu!”

A manhã chegou sem que a multidão tivesse arredado pé. (...) E foi essa multidão que, às 16 horas e 13 min, formou o cortejo – comparável ao séquito fúnebre de Getúlio Vargas, em agosto de 1954 – para acompanhar Édson Luís de Lima Souto ao seu túmulo, no Cemitério de São João Batista. Coberto pela Bandeira Nacional, o caixão desceu as escadarias da Assembléia sob os acenos de milhares de lenços brancos. O povo entoava o Hino Nacional. Do alto dos edifícios caíam pétalas de flores e papéis picados. (...) Muitos desciam e se integravam ao acompanhamento. (...) Quando o corpo baixou à sepultura, as mais de 50 mil pessoas que lograram acesso ao interior da necrópole ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: - “Neste luto, começou a luta!” Era o sinal de que a até então maior manifestação popular de protesto pós-abril de 64 teria seqüência.²³

De fato, teve. Principalmente a partir de diversas manifestações estudantis realizadas no país inteiro por ocasião do dia 1º de abril, data em que o golpe militar completava quatro anos. A polícia usou de grande violência para reprimir os protestos, o que geraria um número ainda maior de mortos. No Rio de Janeiro, houve uma onda de manifestações que durou até o dia 4 de abril, data da missa de sétimo dia de Édson Luís. Naquele dia, a polícia ocupou o centro da cidade e houve mais confrontos com os estudantes, cujo saldo só não foi pior graças à intervenção dos padres, que fizeram um cordão de isolamento na tentativa de impedir que os que saíam da missa na Candelária fossem molestados pelos policiais.

Meses depois, no dia 21 de junho, teria lugar o episódio que ficou conhecido como a Sexta-Feira Sangrenta. Naquela data, conforme escrevera o jornalista José Carlos Oliveira, “o povo tomou partido”²⁴. E dos estudantes, se insurgindo contra as forças policiais em verdadeira batalha campal que durou um dia inteiro nas ruas do centro do Rio de Janeiro. A origem de tamanha insurreição popular? A brutal repressão policial a uma assembléia estudantil realizada na véspera no campus da Praia Vermelha. Na ocasião, os estudantes ocuparam o prédio do Conselho Universitário com o objetivo de forçar uma discussão com os professores a respeito da reforma universitária. Em pouco tempo, o prédio da universidade seria cercado pela polícia. Nem mesmo a intervenção do reitor da universidade junto ao governador do estado seria capaz de evitar o massacre que então se deu.

No dia seguinte, os jornais estampavam cenas que definitivamente a classe média que apoiara o golpe de 64 não desejava ver: dezenas de estudantes deitados no campo do Botafogo, sendo molestados e humilhados pela polícia militar. No dia 19, a repressão a uma manifestação em frente ao MEC já havia sido brutal, mas nada que se comparasse ao que aconteceu no dia seguinte. A

²³ POERNER, Artur José. Op. Cit. Págs. 294 e 295.

²⁴ VENTURA, Zuenir. Op. Cit. Pág. 134.

reação da população diante de cenas tão absurdas foi de adesão aos protestos estudantis iniciados na manhã do dia 21 de junho. Funcionários públicos, ambulantes, profissionais liberais, pedreiros, aposentados, contínuos, comerciários: todos foram às ruas e entraram em confronto aberto com a polícia em solidariedade aos estudantes. A repressão foi tão grande que se chega a falar em mais de 10 óbitos naquela sexta-feira que, sem dúvida, fez jus ao adjetivo de “sangrenta”. No balanço final desse dia de intensos confrontos, além dos muitos mortos e feridos, também se pode dizer que o governo Costa e Silva foi atingido em cheio, conforme registra Zuenir Ventura em seu livro:

Se fosse possível precisar o momento exato em que o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública, esse momento estaria situado entre os dias 19, 20 e 21 de junho – quarta, quinta e sexta-feira. Mais por insensatez própria do que por estratégia do adversário, as autoridades estaduais e federais, em três dias, atraíram para si o ódio da classe média, e aceleraram o que na época se chamava de “ascenso do ME”. A morte de Édson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a “sexta-feira sangrenta”. Graças a ela, a cidade estava quase pronta para a Passeata dos 100 Mil.²⁵

Próximo capítulo: Passeata dos Cem Mil. Cinco dias após aquela sexta-feira de barbárie nas ruas do Rio de Janeiro, os estudantes dariam uma grande demonstração de força colocando milhares de pessoas em protesto na Cinelândia contra as arbitrariedades do governo militar. Bem diferente do que havia ocorrido há poucos dias, desta vez não houve mortos nem feridos. Tudo transcorreu da maneira mais pacífica possível e na presença de muita gente, conforme testemunha Franklin Martins:

A Passeata dos Cem Mil. Eu pessoalmente acho que teve muito mais do que cem mil. Se o comício das diretas no Rio teve mais de um milhão de pessoas, ali teve quase um milhão. Ali tinha quase tantas pessoas quanto no comício das diretas. Mas não deu para contar, ficou cem mil, virou cem mil. Foi o coroamento deste processo em que os estudantes foram se reconhecendo nas entidades. As entidades foram mobilizando para a rua. Combinando muito estreitamente as manifestações de rua com as manifestações dentro das escolas.²⁶

Apesar do estrondoso sucesso da Passeata dos Cem Mil, depois dela o movimento estudantil perderia fôlego, o que daria ao segundo semestre ares de calma. Pelo menos até o Congresso de Ibiúna. Aquele que seria o 30º Congresso da UNE acabou sediado num sítio no interior de São Paulo e teve como desfecho a prisão das mais importantes lideranças estudantis do período. Da noite para o dia, a pacata cidade de Ibiúna receberia cerca de mil visitantes de diversas partes do

²⁵ Idem. Pág. 142.

²⁶ ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. Pág. 179.

país: eram jovens barbados e cabeludos vestindo roupas modernas e coloridas. O comércio local de gêneros alimentícios rapidamente percebeu que seria necessário aumentar a produção para atender a essa demanda inesperada. É claro que uma situação como essa só poderia gerar suspeita. Zuenir Ventura é categórico a esse respeito em seu livro: “Olhando retrospectivamente, o XXX Congresso da UNE, mais do que um erro, foi um ato politicamente suicida. Não se conhece uma organização capaz de reunir mil pessoas clandestinamente.”²⁷

Depois de muita polêmica entre os congressistas sobre a continuidade ou não do Congresso, a polícia invadiria o sítio e poria fim àquela manobra fadada ao insucesso. A pergunta que fica é: e depois disso? Quem a responde é José Genoíno, um dos congressistas:

Depois do Congresso de Ibiúna, o movimento estudantil entrou num descenso. Quando veio o AI-5 a gente já estava num descenso. A repressão ao congresso foi muito violenta porque desorganizou o movimento. Era a vanguarda do movimento estudantil. Nunca esqueço do álbum de Ibiúna, em que 70% não existe mais.²⁸

O depoimento de Genoíno nos dá boas pistas acerca das razões que explicam o descenso verificado no movimento estudantil depois do Congresso de Ibiúna. Uma das principais foi, sem dúvida, a migração de suas principais lideranças para a luta armada.

Com a chegada do fim do ano, o Brasil se via cada vez mais próximo do endurecimento definitivo do regime, que viria a partir da decretação do AI-5 no dia 13 de dezembro. “Na opinião de Franklin Martins, o AI-5 foi um instrumento necessário para a ditadura porque ela estava começando a perder o apoio que tivera em 1964. Ela não conseguia mais conter a oposição usando, simplesmente, de mais violência e precisou de um mecanismo legal autoritário.”²⁹ Logo após a decretação do AI-5, o que se viu foi uma verdadeira profusão de cassações de mandatos parlamentares, prisões e perseguições políticas de todo tipo. Nas universidades, o decreto-lei 477, que proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores, foi a pá de cal no movimento estudantil daquele período.

Após o AI-5, o que se viu no movimento estudantil foi um grande refluxo. Ele só se reorganizaria a contento a partir de 1974, voltando finalmente a ocupar as ruas com suas passeatas já no contexto da abertura política “lenta, gradual e segura” do governo Geisel. Isso, porém, já é outra história. Para os objetivos deste trabalho, podemos encerrar este capítulo por aqui.

²⁷ VENTURA, Zuenir.. Op. Cit. Pág. 250.

²⁸ ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. Pág. 186.

²⁹ Idem. Pág. 189.

3. 40 anos depois, o que mudou e o que permanece?

Após toda a contextualização histórica dos acontecimentos de 1968 no Brasil e no mundo, é chegada a hora de pensar em 2008. 40 anos depois, o que mudou e o que permanece? Eis a pergunta que norteará todo o percurso deste capítulo. O objetivo aqui é fornecer um breve panorama da atual situação política, econômica e social vivenciada no Brasil e no mundo. Aqui, ao contrário do capítulo anterior, iniciaremos nossa viagem pelo território tupiniquim para só depois nos aventurarmos numa caracterização do que acontece mundo afora.

3.1 – 2008 no Brasil

Quando olhamos para 1968 e para 2008, não é difícil perceber que muita coisa mudou no nosso país entre esses dois momentos históricos. A primeira coisa a citar nesse sentido é o fato de que hoje vivemos numa democracia representativa. Já vão longe os tempos de regime militar, com seus expurgos, cassações, arbitrariedades, torturas e todo o lixo autoritário que caracterizou o período. O ano de 1985 marca a restauração do regime democrático brasileiro após ininterruptos 21 anos de ditadura militar.

Hoje, pela primeira vez na História um operário ocupa a presidência do nosso país. A alternância de poder no Brasil republicano, do marechal Deodoro da Fonseca até o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, sempre se dera entre membros das elites e oligarquias nacionais. Em 2002, no entanto, Lula chega ao poder depois de ter sido derrotado em três eleições presidenciais anteriores (1989, 1994 e 1998).

Um amplo conjunto de movimentos sociais e forças progressistas da sociedade brasileira via na ascensão de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder boas possibilidades de uma caminhada rumo à construção de um país mais justo. Quando essa ascensão finalmente se concretiza, no entanto, os anseios por mudanças se vêem em grande medida frustrados logo nos primeiros meses do governo. A continuidade da política econômica que marcara a “Era FHC” deixava patente algo que boa parte da esquerda até aquele momento se negava a enxergar: Lula e seu partido não romperiam com os fundamentos do neoliberalismo. Às vésperas das eleições de 2002, isto já havia sido sinalizado com o lançamento da “Carta ao povo brasileiro”, assinada por Lula. Nesse documento, o então candidato a presidente afirmava que “é preciso compreender que a

margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.”³⁰ Vale à pena destacar mais alguns trechos desse documento:

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. (...) A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.³¹

Chama a atenção a preocupação de Lula, explícita em sua carta, com a manutenção de elementos fundamentais da política econômica de FHC, como o equilíbrio fiscal, o controle da inflação, o superávit primário e o respeito aos contratos e obrigações do país. Lula também deixa claro que a transição prometida para um novo modelo não se daria da noite para o dia, nem seria feita “por decreto”. Se depreende daí que seria preciso paciência para que o país alcançasse as mudanças desejadas pela população. Boa parte dos segmentos progressistas da sociedade que apoiaram a eleição de Lula poderia até ser tolerante com o tempo das mudanças, mas nunca com os rumos do governo, que caminhava na contramão do projeto de transformações que o PT historicamente havia defendido para o país, pelo menos até então.

Logo nos primeiros meses de seu governo, Lula coloca Henrique Meirelles, ex-presidente do BankBoston e homem de confiança do mercado financeiro, no comando do Banco Central. Era uma clara sinalização aos banqueiros internacionais no sentido de que estes poderiam ficar tranquilos quanto aos rumos da política econômica brasileira, que não sofreriam grandes alterações. Pouco tempo depois, o governo apresenta e aprova uma Reforma da Previdência que seria objeto de duras resistências. Entre outras coisas, a reforma taxou trabalhadores aposentados e beneficiou os fundos

³⁰ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao povo brasileiro. 10/07/2002.

[HTTP://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324](http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324)

³¹ Idem.

de pensão privados. Sua tônica foi, portanto, a da privatização da previdência pública. Essa reforma enfrentou grandes resistências principalmente por parte dos servidores públicos, mas também por parte de parlamentares do próprio PT, alguns dos quais, contrariando a orientação do partido, votaram contra o projeto. Esses parlamentares eram a senadora Heloísa Helena e os deputados federais João Batista Babá, Luciana Genro e João Fontes. O resultado da desobediência? Foram todos expulsos do PT ainda em 2003. Pouco tempo depois, eles estariam engajados na construção do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), abrindo um período de reorganização da esquerda brasileira e dos movimentos sociais.

Para entender o processo de ruptura com o PT, vale à pena ler alguns trechos do programa aprovado no Encontro Nacional de fundação do PSOL, realizado nos dias 05 e 06 de junho de 2004 em Brasília:

A ruptura com o PT começou pelos servidores federais, seguida de amplos setores intelectuais, de segmentos da juventude e de uma significativa parcela da população, fragmentada na rebeldia, mas localizada na quase totalidade de pesquisas de opinião realizadas. Criou-se, assim, um novo e histórico momento para o país e para a esquerda socialista que mantém de pé as bandeiras históricas das classes trabalhadoras e oprimidas. Na medida em que o governo Lula acelera a rota para o precipício, abre-se um caminho para uma alternativa de esquerda conseqüente, socialista e democrática, com capacidade de atrair e influenciar setores de massas, e oferecer um canal positivo para os que acreditam em um outro Brasil. (...) A vitória de Luis Inácio Lula da Silva foi uma rejeição do modelo neoliberal lançado no governo Collor, mas consolidado organicamente nos dois mandatos de FHC. Seus 52 milhões de votos eram a base consistente para uma nova trajetória governamental. Seu governo, no entanto, foi a negação dessa expectativa. Depois de quatro disputas, Lula entregou-se aos antigos adversários, e voltou as costas às suas combativas bases sociais históricas. Transformou-se num agente na defesa dos interesses do grande capital financeiro. Na esteira dessa guinada ideológica do governo, o Partido dos Trabalhadores foi transformado em correia de transmissão das decisões da Esplanada dos ministérios.³²

A leitura dos trechos destacados acima dá conta de um processo iniciado durante o governo Lula: a reorganização da esquerda brasileira. Durante mais de 20 anos, Lula e o PT foram a grande referência da esquerda no país. A chegada ao poder se dá inclusive com um amplo apoio de movimentos sociais importantes, como o Movimento dos Sem-Terra (MST). Após a ascensão à presidência, no entanto, Lula daria seqüência à implementação de um modelo que ele e seu partido

³² Programa do PSOL. 2004. <http://www.psol.org.br/ancional/partido/programa>

sempre haviam combatido nos tempos de oposição: o neoliberalismo. Não só a política econômica permaneceu a mesma dos tempos de FHC, como também foi proposto um conjunto de reformas vistas como ataques por um amplo setor dos movimentos sociais organizados. Assim, se a Reforma da Previdência privatizou a previdência pública, a Reforma Universitária, apresentada pelo governo a partir de um conjunto de medidas provisórias, foi entendida por grande parte do movimento estudantil como um ataque à educação pública. A tônica do projeto é a da parceria público-privada, em que o Estado entra como financiador da expansão do ensino privado. A Reforma Trabalhista, quem diria, aponta para a flexibilização dos direitos dos trabalhadores. A Sindical, por fim, acaba com a autonomia dos sindicatos de base, concentrando todo o poder de negociação com o governo nas cúpulas das centrais sindicais.

Se grande parte da militância de esquerda e dos movimentos sociais considerou essas reformas como sendo de caráter neoliberal e, nesse marco, as combateu, uma outra parte considerável aderiu decididamente às propostas governamentais. Não se deve esquecer, afinal, que o PT sempre tivera grande penetração nos movimentos sociais organizados. Quando chega ao governo, o partido passa a exercer uma forte cooptação sobre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sobre a UNE, que passam a ter uma postura bastante adesista frente ao governo. A partir daí, elas passam a apoiar políticas que sempre haviam combatido durante o governo FHC. Diante desse cenário, a reorganização da esquerda brasileira passa também pela reorganização dos movimentos sociais: criam-se alternativas à CUT, como a CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) e a Intersindical, e também à UNE, como a CONLUTE (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes) e a Frente Nacional de Luta Contra a Reforma Universitária.

Em 2005, o governo Lula passaria pelo terremoto da crise do mensalão. Na época, se descobriu como o PT obtinha maioria para aprovar seus projetos no legislativo: através de doações, também bastante singelas, de milhões de reais a parlamentares de outras bancadas. Essa crise abalou fortemente a imagem, construída pelo PT ao longo de muitos anos, de que o partido se diferenciava dos demais, entre outras coisas, pela “ética na política”. Cabeças rolaram nos altos escalões do governo. Foram-se alguns anéis, mas ficaram os dedos, e Lula foi preservado sob a argumentação de que ele desconhecia os métodos de obtenção de maioria parlamentar empregados por seu partido.

“Às vezes, é preciso mudar para que tudo permaneça como está”. A conhecida frase do livro *O Leopardo*³³ se aplica muito bem, sob vários aspectos, ao governo Lula. Velhas políticas de cunho

³³ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo: Nova Cultural, 2002

neoliberal, cheirando a FHC, sob a roupagem petista se tornaram bem mais palatáveis e de fácil implementação. Um claro exemplo disso é a Reforma da Previdência, que Lula tirou do papel em apenas 6 meses. Seu antecessor havia tentado fazê-lo durante 8 anos, porém sem sucesso. O governo Lula, ao contrário do que muitos esperavam, é marcado mais por continuidades do que por mudanças: continuou a política econômica; continuou o modelo neoliberal; continuaram os bancos obtendo lucros recordes; continuou boa parte da população brasileira vivendo abaixo da linha de miséria; continuaram as fortes desigualdades sociais que marcam nosso país há tanto tempo; continuou devagar (quase parando) a reforma agrária...

Apesar de terem perdido espaço na esquerda, sua base social tradicional, Lula e o PT ganharam adesões em outros segmentos da sociedade brasileira, como uma significativa parcela do empresariado nacional. O governo Lula foi beneficiado por um pequeno período conjuntural de crescimento econômico dependente que foi capaz de gerar um superávit progressivo, garantindo certa estabilidade econômica baseada num crescimento industrial restrito a alguns setores, principalmente o de energia, minerais e agronegócio. A ênfase na exportação de commodities garantiu uma balança comercial favorável. Isto explica, em grande medida, a grande aprovação do governo Lula junto à população, numa política casada com ampliação de crédito para consumo e bolsas de caráter compensatório para a população pobre. Chega o ano de 2006 e, com ele, as eleições presidenciais. O resultado? Lula reeleito.

No segundo mandato de Lula, não há grandes novidades em relação ao que fora apresentado no primeiro. O dado novo, que chega exatamente no ano de 2008, é uma crise econômica internacional de grandes proporções. O cataclisma, iniciado nos Estados Unidos, espalha-se rapidamente pelo resto do mundo e chega ao Brasil, trazendo demissões. O desemprego cresce, mas o presidente não toma medidas capazes de contê-lo. Limita-se a “torcer para que os trabalhadores não sejam demitidos”. Apesar da torcida presidencial, só na Embraer já foram demitidos mais de 4.200 trabalhadores. Esta situação se repete em diversos ramos da produção, inclusive na indústria automobilística. Ainda assim, o governo segue socorrendo – com dinheiro público, diga-se de passagem – montadoras que, a exemplo da General Motors, continuam demitindo. Só para se ter uma idéia, o governo federal ofereceu às indústrias desse ramo uma isenção fiscal da ordem de 160 bilhões de reais. Nesse cenário, já se fala em suspensão temporária de direitos trabalhistas e a grande solução para evitar um número de demissões ainda maior tem sido a redução dos salários dos trabalhadores. Ou seja, caminha-se a passos largos para a flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

Para finalizar esse passeio pela atualidade brasileira, vale à pena refletir sobre os movimentos sociais. Mais especificamente, dado o objeto de estudo deste trabalho, sobre o movimento estudantil.

Os movimentos sociais brasileiros vivem hoje um momento de recomposição. Isto se deve não somente ao cenário de fragmentação da esquerda inaugurado pelo governo Lula, mas também à própria crise que eles enfrentaram durante a década de 90 e cujos ecos chegam até nossos dias. Fruto da disseminação de um pensamento hegemônico que desconsidera os espaços coletivos de discussão e ação, essa crise atingiu em cheio os movimentos sociais. Ainda hoje, é muito forte entre as pessoas o sentimento de que a superação dos problemas existentes se dá essencialmente a partir de ações individuais. A ideologia do “cada um que faça a sua parte” enfraquece as ações e projetos coletivos. Como consequência inevitável desse processo, a política torna-se desinteressante para a maior parte da população.

Ainda assim, nos últimos anos o movimento estudantil tem dado claros sinais de revigoração. Nada que se compare ao grau de mobilização alcançado em 1968 – até porque, a conjuntura da época era extremamente diferente. Mesmo assim, de maio de 2007 ao segundo semestre de 2008, o país assistiu a dezenas de ocupações de reitorias Brasil afora. Pouco mais de um ano é o tempo que separa a ocupação de reitoria da USP da ocorrida na UERJ no fim do ano passado. Nesse intervalo de tempo, outras dezenas de reitorias foram ocupadas em todo o Brasil, numa clara expressão de combatividade dos estudantes. No conjunto desses processos, vemos uma juventude em movimento que luta em defesa da educação pública, contra a corrupção das burocracias universitárias e também por melhores condições de permanência na universidade. Diante do projeto governamental de privatização do ensino superior, a juventude vai às ruas – e às reitorias – e protesta. Assim foi na USP, contra os decretos do governo Serra, nas federais contra o decreto do REUNI³⁴, na UnB e UNIFESP derrubando reitores envolvidos em maracutaias financeiras com fundações privadas e também na UERJ contra os cortes de verba do governador Sérgio Cabral.

³⁴ Decreto assinado pelo presidente em 2007, prevê um Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais baseado num conjunto de metas. Estabelece que as universidades dobrem o número de estudantes, sem uma contrapartida extra equivalente de recursos para tal. Para que isso possa ser feito, coloca como meta a criação de “cursos de graduação preferencialmente não voltados à profissionalização precoce e especializada”, conhecidos como bacharelados interdisciplinares.

Sem sombra de dúvida, há algo de diferente no movimento estudantil. Ao que tudo indica, se abre um período de maior participação dos estudantes. Ainda que estejamos longe de 68, também estamos bem distantes de um cenário de total marasmo e desmobilização.

3.2 – 2008 no mundo

Em termos de conjuntura mundial, o grande dado novo trazido por 2008 é a crise econômica. Diferente das diversas crises ocorridas durante a década de 90, esta se iniciou não na periferia do sistema capitalista, mas sim em seu coração: tudo começou com a crise do mercado imobiliário “subprime” norte-americano. No entanto, aquela era só a ponta do iceberg: viriam a reboque falências, concordatas e demissões em massa ao redor do planeta. O Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos dos EUA, quebrou. A poderosa General Motors também foi à bancarrota. Isso só para citar dois exemplos de peso capazes de dar a dimensão do tamanho da crise econômica que o mundo atravessa. De diferente em relação a outras crises sistêmicas do gênero, foi possível observar a reação dos governos: de forma extremamente rápida e coordenada, eles se reuniram para tentar controlar os efeitos da crise e “refundar o capitalismo”, como disse o presidente francês Sarkozy. O resultado dessa estratégia é que recursos públicos da ordem de trilhões de dólares já foram sacrificados para salvar empresas capitalistas. Diante desse cenário de crise, mesmo os neoliberais mais empedernidos passaram a clamar por ajuda estatal para evitar a completa bancarrota de seus negócios – e foram ouvidos. De uma hora para a outra, o “Estado mínimo” se torna algo indesejável, ao menos quando se trata de salvar os negócios de grandes magnatas do capitalismo. Enquanto isso, a queda nas taxas de lucro das empresas provoca demissões em massa planeta afora e abre caminho para a flexibilização de direitos trabalhistas. Mais uma vez, como sempre, o capital tenta jogar a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores, cuja reação, apesar de sentida em diversos lugares, ainda está bastante aquém do necessário para evitar a perda de direitos históricos.

A crise econômica atingiu em cheio o governo Bush, que já sofria grande desgaste devido às campanhas militares promovidas no Iraque e Afeganistão. Em 2008, as eleições presidenciais norte-americanas registraram uma vitória esmagadora do democrata Barack Obama sobre o republicano John McCain: 365 votos contra 273 no colégio eleitoral. Com a vitória, Obama se tornou o primeiro presidente negro dos EUA, exatos 40 anos após a morte de Martin Luther King. Sua eleição foi carregada de um forte conteúdo simbólico e sobre ele estão depositadas grandes expectativas – entre outras coisas, espera-se que resolva os problemas da economia, o que já é tarefa bastante hercúlea.

O discurso proferido por Obama em Chicago após a divulgação do resultado das eleições dá o tom do que esse pleito representou simbolicamente para boa parte dos americanos:

Se alguém aí ainda duvida de que os Estados Unidos são um lugar onde tudo é possível, que ainda se pergunta se o sonho de nossos fundadores continua vivo em nossos tempos, que ainda questiona a força de nossa democracia, esta noite é sua resposta. É a resposta dada pelas filas que se estenderam ao redor de escolas e igrejas em um número como esta nação jamais viu, pelas pessoas que esperaram três ou quatro horas, muitas delas pela primeira vez em suas vidas, porque achavam que desta vez tinha que ser diferente e que suas vozes poderiam fazer esta diferença. É a resposta pronunciada por jovens e idosos, ricos e pobres, democratas e republicanos, negros, brancos, hispânicos, indígenas, homossexuais, heterossexuais, incapacitados ou não-incapacitados. Americanos que transmitiram ao mundo a mensagem de que nunca fomos simplesmente um conjunto de indivíduos ou um conjunto de estados vermelhos e estados azuis. Somos, e sempre seremos, os Estados Unidos da América. É a resposta que conduziu aqueles que durante tanto tempo foram aconselhados por tantos a serem cétricos, temerosos e duvidosos sobre o que podemos conseguir para colocar as mãos no arco da História e torcê-lo mais uma vez em direção à esperança de um dia melhor. Demorou um tempo para chegar, mas esta noite, pelo que fizemos nesta data, nestas eleições, neste momento decisivo, a mudança chegou aos EUA.³⁵

A euforia do discurso dá um pouco o tom do que foi a campanha de Obama e, conseqüentemente, do que os americanos esperam de seu governo. Só o tempo dirá se ele será capaz de concretizar a tal mudança que os EUA tanto desejam. Neste momento, a única coisa que se pode dizer é que os desafios são grandes.

Enquanto isso, na América Latina, governos mais liberais como os de Lula, Bachelet e Uribe seguem convivendo com outros de orientação mais popular, como é o caso de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. Contando com grande respaldo por parte dos movimentos sociais de seus países, esses governantes aplicam medidas bastante polêmicas aos olhos do restante do mundo capitalista – na Venezuela e Bolívia, a nacionalização do petróleo e gás; no Equador, a auditoria da dívida pública. Isto só para citar alguns poucos exemplos. Tais medidas são tão polêmicas e por vezes contrariam de tal maneira a interesses poderosos que Hugo Chávez chegou a ser derrubado do poder por um golpe de estado em 2002. Diante desse cenário, no entanto, a população venezuelana foi às ruas e conseguiu reintegrar o presidente, que governa o país até hoje e implementa o seu

³⁵ <http://g1.globo.com/Noticias/0,,MUL850269-15525,00-LEIA+A+INTEGRA+DO+DISCURSO+DE+VITORIA+DE+BARACK+OBAMA.html>

propalado “socialismo do século XXI”. Corriqueiramente chamados de populistas, o fato é que Chávez, Morales e Correa realizam governos populares e contam com um grande respaldo por parte dos movimentos sociais de seus respectivos países. Esses governos, apesar de contraditórios, fazem uma série de concessões aos trabalhadores e ao povo pobre. Nisto reside a sua força e sustentação.

Em termos de movimento estudantil, 2008 foi um ano agitado principalmente na Europa. Nesse sentido, o destaque é sem dúvida a insurreição grega desencadeada em dezembro pelo assassinato do jovem Alexandris Grigoropoulos, de apenas 15 anos, pela polícia. Essa morte levou milhares de pessoas às ruas para protestar contra o governo, num episódio relativamente semelhante ao que ocorrera no Brasil por ocasião do assassinato de Édson Luís em 1968. Chamou a atenção na Grécia a radicalidade dos protestos e a massiva participação da juventude. Centenas de carros, bancos e estabelecimentos comerciais foram incendiados por jovens que, sem nenhuma perspectiva de futuro diante dos postos de trabalho extremamente precarizados que ocupam, perderam a paciência diante de uma alternância de poder entre dois partidos que não é capaz de oferecer à juventude qualquer esperança de melhoria em suas condições de vida. O índice de desemprego na faixa entre 16 e 25 anos é altíssimo. Enquanto isso, no interior das universidades a luta também se radicaliza devido à reforma educacional proposta pelo governo, que evidencia ainda mais o corte orçamentário na educação e a perda de direito à assistência estudantil. Por isso, paralelamente aos levantes de rua, milhares de jovens gregos ocuparam universidades. A revolta, nascida no seio da juventude, se espalhou para outros setores sociais, o que desencadeou uma greve geral na Grécia em dezembro do ano passado, além de passeatas que contaram com a participação de milhares de pessoas.

Se engana, no entanto, quem pensa que pararam por aí as agitações juvenis do ano de 2008 no continente europeu: os estudantes italianos foram às ruas e se chocaram com a polícia para protestar contra a reforma educacional proposta pelo governo; os espanhóis ocuparam diversas universidades contra o “Plano Bolonha” (que prevê, entre outras coisas, a cobrança de taxas em universidades públicas); irlandeses e alemães promoveram manifestações de rua massivas contra os planos educacionais de seus respectivos governos. Ou seja, 2008 foi um ano bem agitado para o movimento estudantil europeu.

No tocante à América Latina, merece destaque a luta dos estudantes chilenos contra as reformas educacionais propostas por Michelle Bachelet. Essa luta se deu em 2008 na esteira das mobilizações massivas ocorridas nos anos anteriores por ocasião da chamada “rebelião dos

pingüins”, episódio em que milhares de estudantes secundaristas promoveram ocupações em suas escolas para protestar contra as medidas governamentais para a área da educação.

No Brasil e no mundo, vemos que, quarenta anos depois de 1968, prevalece um período de refluxo geral das lutas sociais. Isto não se dá por acaso: após a queda do Muro de Berlim em 1989, o que se viu foi uma atmosfera de profunda descrença em relação a projetos de transformação social de nível macro. Sob a égide da pós-modernidade, passa a ser amplamente disseminada a idéia de “fim da História”. Todos os dias, somos bombardeados por mensagens conformistas em relação ao mundo. Mesmo num contexto tão adverso como este, o movimento estudantil continua vivo e capaz de mobilizar milhares de pessoas, enfrentando governos e polícias em defesa das mais variadas causas.

4. O ano de 1968 na imprensa

O foco desta pesquisa é a análise da cobertura jornalística de algumas das mobilizações estudantis ocorridas em 68. Isto significa analisar tanto a cobertura realizada na época em que ocorreram os fatos quanto a comemoração dos 40 anos daqueles eventos celebrada pelos grandes veículos de mídia. Nesse sentido, a idéia é empreender uma comparação entre a maneira como o jornal *O Globo* abordou esses acontecimentos no ano de 68 e como o fez quatro décadas depois. No entanto, antes de passar à análise comparativa propriamente dita, me dedicarei a fornecer um breve panorama a respeito da situação da imprensa no regime militar e na atualidade. Para tal, os livros de João Batista de Abreu³⁶ e Beatriz Kushnir³⁷ serão fartamente utilizados nesse primeiro momento.

4.1 - A situação da imprensa brasileira no regime militar

Quando se fala em imprensa nos anos da ditadura militar, a primeira coisa que vem à cabeça da maioria das pessoas é a censura. Não é para menos: entre os anos de 1964 e 1985, o governo militar se ocupou diretamente da censura à imprensa, determinando o que podia e o que não podia ser noticiado. É relativamente comum observarmos, tanto nos próprios veículos de mídia quanto em trabalhos acadêmicos, o destaque dado às demonstrações de resistência de determinados meios de comunicação às interdições da censura governamental. Na contramão desta tendência, no entanto, os dois livros acima citados tratam, cada um a seu modo, de um outro lado da questão que não deve ser esquecido: a colaboração de boa parte da grande imprensa brasileira com a censura durante os anos de chumbo. Beatriz Kushnir, ao justificar a escolha do seu enfoque, explica que sua intenção era

desmistificar tanto a noção generalizante de que os jornalistas argüiram o arbítrio como também a percepção de que o censor é, antes de tudo, um bilontra. (...) Assim, o ponto de partida desta reflexão apreende a existência de jornalistas que colaboraram com o regime, de outros que resistiram e de outros ainda que lutaram contra ele. Tais ponderações também se aplicam aos seus patrões. Esta pesquisa, no entanto, não se debruçou sobre a resistência. Não negligencia a sua existência, mas buscou focar um outro lado da problemática sem, espero, desejar generalizar que todos colaboraram. Apenas quis mostrar que nem todos combateram. (...) estou estudando cães de guarda! (...) Busquei arrolar, por um lado, os jornalistas de atuação que trocaram as redações pela burocracia e fizeram parte, como

³⁶ ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói, Eduff, RJ, Mauad, 2000.

³⁷ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. SP, Boitempo, 2004.

técnicos de Censura, do DCDP – órgão vinculado ao DPF e subordinado ao Ministério da Justiça -, e, por outro, os policiais de carreira que atuaram como jornalistas, colaborando com o sistema repressivo e censor do pós-1964.³⁸

Enquanto isso, João Batista de Abreu demonstra em seu livro³⁹ que, durante o período da ditadura militar, a imprensa brasileira adotou, via de regra, um vocabulário policialesco para tratar das questões ligadas à militância política. Ou seja, os veículos de mídia agiram, de um modo geral, no sentido de promover uma verdadeira criminalização da militância de esquerda. Entre outras coisas, Abreu mostra que foi o jornal *O Globo*, em 1966, o primeiro a empregar o termo “terrorismo” para se referir à luta armada, sem que houvesse qualquer pedido das autoridades nesse sentido. Mais adiante, ele define a postura da imprensa durante a ditadura como “bem comportada”⁴⁰.

A censura prévia existiu de fato somente em alguns poucos periódicos. A maior parte da grande imprensa brasileira, no entanto, estabeleceu uma espécie de pacto com o regime autoritário através da autocensura, conforme denunciam as palavras de Gama e Silva, o ministro da Justiça dos anos de chumbo:

(...) posso afirmar categoricamente que não há censura à imprensa. Estão ocorrendo na verdade, e nesse ponto quero declarar com grande satisfação, é que a imprensa brasileira, compreendendo o momento difícil que o país está atravessando, vem tendo um comportamento quase generalizado. Infelizmente, exceções ainda ocorrem com aqueles que não compreendem o seu dever, no sentido de orientar o seu noticiário em suas publicações, dentro do clima de respeito à autoridade.⁴¹

A autocensura é a supressão intencional da informação ou de parte dela pelo jornalista ou pelo veículo de comunicação, de modo a iludir o leitor ou privá-lo de dados importantes. Através desse expediente, a mídia agiu como coadjuvante dos aparelhos repressivos do Estado. Tanto que o número de censores empregados pelo governo militar sempre fora bastante reduzido. Os jornalistas colaboracionistas fizeram da ditadura, em certa medida, um acordo civil-militar.

Nas palavras do jornalista Cláudio Abramo,

(...) um equívoco que a esquerda geralmente comete é o de que, no Brasil, o Estado desempenha papel de controlador maior das informações. Mas não é só o Estado, é uma conjunção de fatores. O Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura,

³⁸ Idem. Págs. 27 e 28.

³⁹ ABREU, João Batista de. Op. Cit.

⁴⁰ Idem. Pág. 257.

⁴¹ KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit. Pág. 258.

ela é dos donos, e não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura.⁴²

É muito comum a associação entre censura e períodos de arbítrio ditatorial. No entanto, na contramão dessa tendência, Kushnir nos mostra que a censura e todo o seu aparato existem e executam seus trabalhos tanto em momentos autoritários como nos democráticos. Apesar da decretação do fim do AI-5 e de outros lixos autoritários em dezembro de 1978, esse processo deixou marcas na sociedade brasileira que não seriam tão facilmente apagadas. A própria censura continuou funcionando, durante algum tempo após o fim do AI-5.

Antes de mais nada, é necessário compreender que a legislação autoritária só existiu porque uma parcela conservadora da sociedade brasileira clamava por essas ações repressivas ou preferia fingir que não as notava. Assim como esse traço de autoritarismo permanece na sociedade mesmo durante o processo de redemocratização, é possível encontrar traços de permanência dessa intervenção autoritária também no Estado. Tanto é assim que em 1986 o governo José Sarney censuraria o filme “Je vous salue, Marie”, de Jean-Luc Godard. Isso porque “persistia uma parcela da sociedade ainda desejava de tutela, como também um governo interventor na seara pública e privada. Uma fatia mais conservadora ainda solicitava que o Estado lhe dissesse o que ver...”⁴³ Assim, desde a posse de Sarney, em 1985, até o início de 1987 a Nova República continuou utilizando o expediente dos atos censórios, a exemplo da interdição ao filme “Je vous salue, Marie”.

Com o advento da redemocratização, a censura não terminou imediatamente, apenas se enquadrou. Mesmo após o término definitivo da censura, os censores permaneceram ocupando cargos na máquina estatal, ainda que exercendo outras funções. “Eram os ‘restos’ de uma velha ordem que se moldaram camaleonicamente para perder anéis e não dedos.”⁴⁴ Tanto é assim que

em fins da década de 1990, dos 220 censores que existiram, 116 estavam na ativa e foram elevados à categoria de delegado. Dos 104 aposentados, 36 eram advogados e 71 não tinham nenhuma formação jurídica. Não querendo deixar o DPF, atingiram o cargo máximo na hierarquia, em 1998, dez anos depois que a Constituição brasileira acabou com a censura no país...⁴⁵

4.2- A imprensa no Brasil hoje

⁴² Idem. Pág. 214

⁴³ Idem. Pág. 144.

⁴⁴ Idem. Pág. 207.

⁴⁵ Idem. Ibidem.

Quando nos voltamos para o hoje, percebemos que a questão do acesso à informação ganhou contornos fundamentais nesses tempos de globalização. Já se tornou lugar-comum dizer que as organizações de comunicação são o quarto poder de uma república, tamanha a importância conferida na atualidade à circulação de informações. Seria lícito dizer que, ao dar visibilidade a determinados acontecimentos e excluir outros dos noticiários, a imprensa define o que deve ou não ser olhado pela população, passando a pautar as conversações das pessoas. Nas sociedades contemporâneas, extremamente midiáticas, tem-se muitas vezes a sensação de que o que não é pautado pela mídia não aconteceu. Em última análise, é como se os fatos só se realizassem plenamente ao ganharem os noticiários da grande imprensa. Isto confere às corporações de mídia um poder de fato muito grande.

Hoje, finalmente podemos dizer que a censura no Brasil chegou ao fim. Ou quase. Na verdade, o que se pode afirmar é que não existe mais censura patrocinada pelo Estado por aqui. No entanto, se recordarmos as palavras do jornalista Cláudio Abramo já citadas neste trabalho alguns parágrafos acima, perceberemos que ainda permanece a censura executada pelos donos dos veículos de mídia. Em nosso país, devido à grande concentração da propriedade dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias, esta situação se agrava ainda mais. Afinal, as empresas jornalísticas brasileiras são como verdadeiros clãs – ou, se preferirmos, feudos. Este quadro sem dúvida compromete a pluralidade de visões que deveria se refletir na mídia, até porque os donos dos veículos mantêm relações extremamente promíscuas com o poder. Os interesses econômicos e políticos dos proprietários das organizações de comunicação interferem de maneira decisiva no serviço – público, diga-se de passagem - que elas prestam. Isto porque elas

são agências privadas que objetivam o lucro e dele sobrevivem. Em contradição ou não a esses propósitos, vendem um serviço de utilidade pública – a notícia. Nesse (hipotético) antagonismo, julga-se que alguns órgãos da “grande imprensa” se esqueçam, ou se distanciem, de suas funções educacionais, tornando-se reféns das leis de mercado, do jogo político, da confluência de interesses e vontades. Afastam-se, assim, dessa (falsa) visão de liberdade absoluta e desse *locus vigilante* do bem-estar social.⁴⁶

Nas palavras do jornalista Mino Carta, “a nossa imprensa serve o poder porque o integra compactamente, mesmo quando, no dia-a-dia, toma posições contra o governo ou contra um outro poderoso.”⁴⁷

O jornalista Pery Cotta também faz em seu livro⁴⁸ uma avaliação bastante pessimista a respeito do papel que cumpre a imprensa brasileira hoje. Nas palavras dele, os jornais da atualidade

⁴⁶ Idem. Págs. 349 e 350

⁴⁷ Idem. Pág. 215

ficaram perfeitos, bonitos e coloridos, mas não progrediram no pensar novo. Não avançaram nada na capacidade de criticar e debater os temas nacionais. Cultivam uma unanimidade quase sempre a favor, quando o assunto interessa ao governo Federal, estadual ou municipal. (...) Não acredito que os debates profundos possam ser promovidos e realizados pela imprensa de hoje. Os jornais estão por demais comprometidos com velhas posições.⁴⁹

As corporações de mídia no Brasil recebem uma série de favores do Estado. Não é raro vermos uma empresa jornalística ser socorrida financeiramente pelo governo e, nesse sentido, também não se deve desprezar o peso dos anúncios de empresas estatais nas páginas dos jornais da grande imprensa. Isso para não falar das emissoras de rádio e televisão, que recebem do Estado concessões públicas para prestar à população um serviço de utilidade pública. O espectro de canais de rádio e TV pertence a todo o povo brasileiro. No entanto, suas concessionárias convenientemente parecem se esquecer disso a maior parte do tempo, prestando um péssimo serviço e, desse modo, promovendo a desinformação e o sensacionalismo sempre que isto favorece seus lucros. O interesse público é, portanto, relegado a segundo plano em benefício dos interesses privados dos donos da mídia.

A democratização da comunicação é um passo fundamental para diminuir a promiscuidade nas relações entre imprensa e poder e, assim, ampliar o espectro de vozes e visões de mundo que a mídia brasileira reflete. Enquanto isso não acontece, porém, os Frias, Marinho, Sarney, Collor, Mesquita, entre outros clãs midiáticos continuam determinando aquilo que nós podemos ou não saber. Ou seja, persiste a censura, apenas sob nova roupagem e direção. Agora, ao invés de estatal, ela é patrocinada unicamente pelos proprietários das grandes corporações de mídia. A pergunta que fica é: até quando?

4.3 – A análise comparativa propriamente dita

Agora, finalmente é chegado o momento de partirmos para a análise comparativa propriamente dita entre a cobertura dos acontecimentos estudantis feita pelo jornal *O Globo* em 1968 e sua releitura comemorativa quarenta anos depois, em 2008. Para empreender tal comparação, optou-se por selecionar quatro acontecimentos específicos do movimento estudantil brasileiro de 1968: a morte de Édson Luís, a Sexta-Feira Sangrenta, a Passeata dos Cem Mil e o Congresso de Ibiúna. Em pesquisa na Biblioteca Nacional, foi possível localizar as matérias jornalísticas feitas em 1968 referentes a esses quatro episódios. Já nas reportagens comemorativas de 2008, saltou aos olhos o

⁴⁸ COTTA, Pery. Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo. RJ, Bertrand Brasil, 1997.

⁴⁹ Idem. Págs. 11 e 13

fato de que somente a morte de Édson Luís é recordada em *O Globo*. Os episódios do ano de 1968 no Brasil quase não tiveram espaço nessa releitura comemorativa, que preferiu lembrar o maio francês, a Primavera de Praga e a luta por igualdade racial nos EUA. Esse silêncio sobre os acontecimentos daquele ano no Brasil é notável, e certamente não se dá por acaso. Trabalharemos melhor essa questão no próximo capítulo, que se ocupará mais diretamente das questões da memória.

Diante desse quadro, o que restou foi readaptar a análise, comparando apenas as coberturas referentes à morte do jovem Édson Luís e aos seus desdobramentos país a fora. Em 2008, estes episódios foram lembrados através de uma reportagem publicada no dia 28 de março. Em 1968, motivaram a publicação de um grande número de matérias entre os dias 29 de março e 05 de abril. Nas linhas a seguir, a tarefa é, pois, comparar a maneira como, nesses dois momentos tão distintos da história brasileira, o mesmo veículo abordou a morte de Édson Luís. Certamente há diferenças significativas, que serão abordadas a seguir. É importante registrar, antes de passarmos à análise individual de cada uma das matérias e editoriais selecionados após a pesquisa, que as reportagens de 1968 foram digitalizadas e seguem em anexo a esta monografia, em CD. Consideramos que esta medida seria mais interessante do que imprimir as páginas, pois a qualidade da impressão poderia ficar ruim. Desse modo, cada reportagem aqui citada virá com a referência do número do slide em que a página na qual se encontra foi gravada no CD. Já a matéria sobre a morte de Édson Luís publicada em março de 2008, por não estar microfilmada na Biblioteca Nacional, não pôde ser digitalizada e, por isso, não foi anexada a este trabalho. Apesar disso, tivemos acesso a ela e teceremos comentários a seu respeito.

Após a leitura de todo o material publicado pelo jornal *O Globo* sobre a morte de Édson Luís e seus desdobramentos entre os dias 29 de março e 05 de abril de 1968, foi feita uma seleção das matérias e editoriais a serem analisados neste trabalho. Antes de passarmos à análise individual de cada uma dessas peças, no entanto, nos parece interessante compor um quadro mais geral que dê conta da maneira como o jornal abordava as questões do movimento estudantil em 1968. Para fazê-lo, será necessário organizar as impressões gerais que ficaram da leitura de todo esse material jornalístico.

Lendo as matérias publicadas pelo jornal após a morte de Édson Luís, foi possível perceber que o discurso de *O Globo* sobre o episódio é bastante semelhante ao das autoridades militares. Desse modo, o assassinato do jovem é apresentado como uma lamentável fatalidade, cujas responsabilidades devem ser apuradas com o maior rigor. Apesar disso, os protestos estudantis que se seguiram ao episódio em todo o Brasil são, via de regra, tratados como tentativas de desestabilizar o regime pela via da “baderna” e da “desordem” (termos recorrentes nas reportagens).

Em diversos textos, fala-se do desvirtuamento das “reivindicações justas” dos estudantes por “agitadores profissionais” que desejam instaurar o comunismo no Brasil. Desse modo, a juventude é vista como “massa de manobra” de indivíduos alheios infiltrados no seio do movimento estudantil. A idéia de infiltração de elementos estranhos entre os estudantes é extremamente recorrente nas páginas do jornal, numa estratégia que parece querer deslegitimar, aos olhos da opinião pública, os protestos que se seguiram ao 28 de março de 1968. Em algumas matérias, chega a aparecer a dicotomia “autênticos estudantes” X “agitadores profissionais”. É nítida a tentativa de transmissão da idéia de que os “verdadeiros estudantes” do país são ordeiros e estudiosos, de modo que só se envolveriam com manifestações de cunho político, como as que aconteciam naquele momento, se manipulados por elementos “subversivos”.

Nas páginas de *O Globo*, é possível perceber muitas vezes um certo anseio pelo endurecimento do regime, de modo a preservar a “Revolução”. Sim, é deste modo – com letra maiúscula e sem aspas – que o jornal se refere ao golpe de 1964. Ele faz a defesa do regime que, em sua ótica, trouxe de volta ao país a ordem ameaçada durante o governo João Goulart. São essas as minhas impressões gerais. De agora em diante, passarei à análise propriamente dita das matérias selecionadas.

A primeira reportagem que será objeto de nossa análise foi publicada na edição de 29 de março (slide 00002), na página 14, com a manchete “Estudante Morto a Bala em Conflito Com a PM”. Ela dá conta da morte do jovem Édson Luís em confronto com a polícia em frente ao Calabouço. As razões que motivaram o conflito estão relativamente descontextualizadas. Além disso, há também algumas informações desencontradas. Ainda assim, a matéria faz uma espécie de reconstituição do episódio que acabou levando à tragédia e também do que aconteceu logo após: o velório e a autópsia na Assembléia Legislativa, os discursos de deputados, as medidas tomadas pelo governador do Rio de Janeiro para “apurar com rigor e isenção as responsabilidades”, o pesar do presidente Costa e Silva, a reação das entidades estudantis, o socorro aos feridos na manifestação. Tudo isso é reconstituído como que “em capítulos”, já que os assuntos são separados por subtítulos. O tom da matéria é bastante factual e informativo, mas ela pouco nos diz sobre quem era o jovem assassinado. Registra-se ainda um confronto entre estudantes e um agente do DOPS durante o funeral. O referido agente foi, nas palavras do jornal, “espancado por turba”. Este incidente tem um destaque desproporcionalmente grande na matéria. Os estudantes são chamados de “turba”. O mesmo não acontece, no entanto, em relação aos policiais que atiraram e acabaram por matar o jovem Édson no Calabouço.

No mesmo dia, é publicada na página 15 outra matéria que será objeto de nossa análise (slide 00003). Com a manchete “Repercussão Nacional Das Violências No Rio”, a matéria aborda a repercussão da morte de Édson Luís no Congresso Nacional, entre entidades estudantis e no

governo do estado da Guanabara. A matéria informa que o Secretário de Segurança da Guanabara, General Osvaldo Niemeyer, foi demitido após declarar que “os estudantes têm mais poder de fogo que toda a Polícia”. Registra também que, durante comício realizado paralelamente ao velório de Édson Luís na ALERJ, houve “discursos inflamados” e “grande violência verbal”. Os estudantes seguiam “acusando o governo e conclamando os colegas a unirem-se e, se preciso for, chegar até as armas”. Lançaram um manifesto contra as autoridades, em que conclamam o povo a uma greve geral “com termos violentos” e acusam os governos federal e estadual de “ditadores fascistas”. O manifesto afirma que a “violência deve ser respondida com violência” e que a morte de Édson Luís deve ser um marco da “derrubada da ditadura pelo Poder Popular”. A matéria apresenta todos esses detalhes sobre os discursos e o manifesto dos estudantes, classificados como “violentos”. A ação policial que levou ao assassinato do jovem Édson, no entanto, não recebe da matéria esse mesmo adjetivo. Para terminar, a única foto de uma matéria que trata da repercussão do assassinato de um jovem pela polícia do Rio traz a seguinte legenda: “Ari Madeira, estudante acusado de ligação com a polícia, foi expulso da Assembléia por estudantes e metido em um táxi, desaparecendo”. A foto mostra exatamente a expulsão do rapaz, e sugere violência. Mais uma vez, a imagem que fica é a de que os estudantes, e não a polícia, são violentos.

Na edição do dia 30 de março, na página 3, é publicada matéria com a seguinte manchete: “‘Valsa do Adeus’ no Sepultamento do Estudante” (slide 00005). A reportagem descreve com detalhes o enterro de Édson Luís, registrando o tom de comoção em que este foi realizado. O início da matéria, no entanto, diz o seguinte: “o cortejo foi interrompido por violentos incidentes e comícios durante todo o trajeto”. O trecho passa a sensação de que o sepultamento foi mais um espaço para a juventude se manifestar contra o governo do que de fato para lamentar a morte do colega, o que é condenado pelo jornal. A matéria também dá a entender que o enterro foi uma certa bagunça, ao afirmar que o padre presente à cerimônia foi empurrado e não pôde encomendar o corpo, enquanto “as flores eram esmagadas contra muros”. É registrado, por fim, um grito de “queremos vingança” ao final do sepultamento do jovem, o que reforça a imagem de que os estudantes são violentos.

Nesse mesmo dia, é publicada uma matéria cuja manchete é “Muitos Incidentes no Trajeto” (slide 00005). Segundo o jornal, o cortejo de Édson Luís foi pontuado por uma série de incidentes graças à “infiltração de agitadores comunistas que iludiam os estudantes”. Está presente aí a idéia, recorrente em muitas outras matérias, da infiltração de agitadores no movimento estudantil com o objetivo de “desvirtuar suas justas reivindicações”. A reportagem sustenta que, manipulados por tais elementos, os estudantes tentaram arrombar a porta da sede da antiga UNE enquanto o líder Vladimir Palmeira conclamava à luta pela retomada do prédio e da entidade. A matéria registra que

uma bandeira dos EUA foi queimada, além do fato de que alguns estudantes queriam seguir rumo ao Palácio Guanabara para protestar. Atos de “vandalismo” e pichações exortando o povo às armas também foram registradas ao longo do cortejo. Tantos incidentes nesse trajeto sugerem a idéia de que os manifestantes eram de fato baderneiros e vândalos. O registro de que o DOPS determinou o fechamento de todas as casas de armas e munições traz a dimensão de que, mais do que simples baderneiros, eles eram na realidade perigosos.

Ainda nessa mesma edição, é publicada uma matéria com a seguinte manchete: “Política em Comício de Rua” (slide 00005). O texto caracteriza o cortejo de Édson Luís mais como um espaço para a juventude fazer politicagem e protestar contra a ditadura do que para velar o corpo do colega assassinado. Seu início já dá o tom do que vem pela frente: “os problemas estudantis foram postos à margem nas manifestações realizadas na Cinelândia”. Segundo o jornal, os jovens teriam incitado a derrubada da ditadura, pedido vingança, perseguido um policial e cometido atos de vandalismo. Tudo isso durante o cortejo fúnebre. A julgar pelo conteúdo da matéria, seria possível depreender que, para *O Globo*, os problemas estudantis não tinham qualquer relação com a conjuntura política vivenciada no país. Na realidade, sabemos que essas coisas estavam intimamente relacionadas.

Em matéria publicada também no dia 30, a manchete é “Édson Menino” (slide 00005). Aqui, finalmente Édson deixa de ser tão somente um jovem assassinado pela polícia durante manifestação estudantil para ser apresentado com feições mais humanas. O texto fala sobre a vida do estudante no Rio, destacando o fato de que sua tia, D. Enedina Pau-Ferro, teria definido o sobrinho como um menino apolítico, que só falava de futebol, música e garotas. Também é destacado o depoimento de um amigo do rapaz, que o descreve como alguém ingênuo, que “participava dos movimentos porque os objetivos pareciam justos à sua compreensão: lutar por melhor alimentação e a preços menores”. Ao ler nas entrelinhas da matéria, é possível depreender a seguinte lição: fazer luta política contra o governo não pode, mas lutar por melhores condições de alimentação, sim. Para o jornal, Édson acabou morrendo sem saber o porquê e seu cadáver foi usado politicamente por estudantes que queriam lutar contra a ditadura.

Mais à frente, na página 7 da mesma edição, temos a manchete “Violência e Comício Vietcong em Brasília” (slide 00007). A matéria noticia a realização de passeata estudantil em Brasília em protesto contra a violência policial no Rio. A chamada anuncia “comício vietcong”, mas a leitura da matéria não permite perceber o porquê dessa caracterização sensacionalista. São narrados choques da polícia com os jovens, que incendeiam palanque e destróem carro. Uma assembléia estudantil é chamada de “reunião vietcong” só porque nela estudantes e deputados se manifestam contra a ditadura. Isto gera uma grande confusão de referências ideológicas.

Na mesma página, lemos também a manchete “Exaltação Causa Troca de Socos Entre Parlamentares” (slide 0007). A matéria fala sobre briga física no Congresso Nacional entre deputados do governo e da oposição. Ela registra que a violência partira da bancada de oposição, que não teria agüentado o discurso do arenista Leopoldo Peres. O deputado afirmou que os episódios da Guanabara iam para além de uma manifestação por melhorias no Calabouço, sendo explorados pelos que se empenham na “sovietização do mundo”, já que o “esquerdismo fanático está dizendo meias-verdades aos jovens brasileiros”. Na versão veiculada pelo jornal, a oposição não contra-argumenta, apenas agride fisicamente seus adversários políticos. Eis como são os parlamentares que se colocam ao lado dos estudantes: agressivos e violentos.

Logo abaixo, lemos a manchete “MDB Responsabiliza Governo Pelo Choque Com Estudantes” (slide 0007). A matéria caracteriza o discurso do emedebista Artur Virgílio como um dos mais violentos do Senado. Moral da história: a oposição é violenta na ação e no discurso. Enquanto isso, os governistas reagem aos ataques dos opositores com serenidade, refutando-os com argumentos, e não bofetões.

Na página 8 da mesma edição, mais uma matéria que vale à pena analisar. A manchete é “Bancário Ferido a Tiro em Conflito na Capital” (slide 0008). Ela classifica os estudantes que entraram em confrontos com a polícia durante protestos contra o assassinato de Édson Luís como “baderneiros”, ressaltando sua responsabilidade pela destruição de um palanque e incêndio de um carro. O bancário baleado certamente foi atingido por um policial, mas a matéria trata a questão como “incidente”. Por outro lado, os apedrejamentos e agressões promovidos pelos estudantes são ressaltados. A operação policial que prendeu manifestantes é chamada de “verdadeira operação limpeza”. A matéria registra que os presos foram submetidos a um corredor polonês, mas sequer critica o fato. Registra, por fim, protestos de entidades estudantis, OAB e religiosos pelo ocorrido no Rio. A reportagem traz duas fotos, com as seguintes legendas: “Os manifestantes destruíram em Brasília o palanque que havia sido preparado para as comemorações do aniversário da Revolução” e “Ônibus e viaturas policiais foram apedrejados e as vitrines das lojas foram destruídas pelos estudantes transtornados”. A imagem que a matéria passa é a de que os manifestantes são vândalos enfurecidos.

Na edição do dia 1º de abril, situado no alto da página 3 (slide 00010), temos um editorial intitulado: “A morte no Calabouço: análise e síntese”. O artigo lamenta a morte de Édson Luís, mas acusa “exploração política” da tragédia nos protestos estudantis levados a cabo nos dois dias anteriores. O objetivo de tal exploração seria promover um ataque maciço à “Revolução” para desestabilizar o regime. Nesse contexto, a contra-revolução cresceria e se alimentaria das hesitações e dissensões no interior do governo sobre a necessidade de endurecimento do regime. É esta a

interpretação do jornal acerca dos protestos estudantis que se seguiram à morte de Édson Luís: mera orquestração de contra-revolucionários que visam a derrubada do governo. Esse texto não deixa dúvidas sobre a posição do jornal em relação à conjuntura política vivenciada no país: *O Globo* assume aí um discurso de defesa explícita da “Revolução”, que deveria esmagar seus inimigos sem maiores hesitações. O jornal levanta a necessidade de unidade interna no governo para levar a cabo o endurecimento do regime.

Na página 10 da mesma edição, se lê a manchete “Policial ‘julgado’ e espancado ontem” (slide 00011). A matéria informa que estudantes realizaram “julgamento sumário” e espancaram policial que almoçava no Calabouço. A atitude é descrita em detalhes como uma verdadeira barbaridade. Mais uma vez se fala na presença de elementos estranhos à classe estudantil no seio do movimento. O Calabouço é descrito pela vítima como um “antro de agitadores”. A matéria dissemina de modo bastante explícito a idéia de que os estudantes deveriam evitar manifestações de cunho político, lutando apenas por “reivindicações justas”.

Na edição do dia 02 de abril, há na capa um editorial intitulado “Inimigos do Brasil” (slide 00014). O texto classifica como arruaceiros os envolvidos nas manifestações de rua do dia anterior (aniversário da “Revolução”) e exige que eles sejam tratados com firmeza. Afirma que o povo repudiou a ação dos agitadores, entre os quais quase não haveria estudantes. Nas palavras do jornal, “os que ontem atacaram a polícia eram guerrilheiros urbanos. Profissionais da arruaça.” Mais uma vez, o que se vê é um tom de “tolerância zero” com relação às manifestações estudantis, uma verdadeira ode à repressão.

Nessa mesma edição, a página 6 traz a seguinte manchete: “DOPS Viveu Pior Dia Desde 64” (slide 00015). A matéria fala sobre os tumultos de rua que marcaram o dia anterior, data do aniversário da “Revolução”. É apresentado um cenário em que a polícia, desarmada, tentava conter uma verdadeira “horda” de vândalos armados. Prédios foram depredados e policiais feridos. A partir das 20h, todos os homens do DOPS foram para a rua com bombas de gás lacrimogêneo, já que a situação, conforme descrita pelo jornal, era insustentável. A ação dos manifestantes é caracterizada como muito violenta e se fala novamente na existência de agitadores infiltrados no movimento estudantil.

No mesmo dia, o jornal traz na página 12 a manchete “Diretor do DOPS Prova a Infiltração de Agitadores” (slide 00016). Em tom bastante policialesco, a matéria anuncia que o movimento estudantil que causou distúrbios na cidade no dia anterior foi articulado por agitadores. Seriam provas disso panfletos, cartazes subversivos e coquetéis molotov, que, segundo juízo presente na matéria, não poderiam ser coisa de estudante. Os materiais foram apreendidos no Calabouço e algumas pessoas foram presas. Os elementos supostamente estranhos ao movimento estudantil que

articularam as manifestações têm suas fichas exibidas. A matéria os responsabiliza pelo quase linchamento do policial Nilton Nascimento Silva, informando ainda que o Calabouço foi fechado.

Na mesma página de jornal, se lê a manchete “Superlotado de Feridos o Hospital Central da PM” (slide 00016). A matéria trata dos policiais feridos nos confrontos de rua com estudantes e é bastante sensacionalista, falando em “massacre”. Nos dizeres da reportagem, “o centro da cidade foi transformado numa verdadeira praça de guerra. Os desordeiros, entrincheirados por detrás das árvores, atiravam-lhes pedras, pedaços de pau, garrafas e tijolos”. A matéria chega a afirmar que os policiais sofreram traumas psíquicos graças aos conflitos de rua. Diante de um cenário tão arrasador, a imagem que fica dos manifestantes é a de verdadeiros trogloditas, capazes de, tamanha a sua selvageria, criar traumas profundos em policiais experientes.

Na página 14 desta mesma edição, vemos a manchete “O Centro da Cidade Virou Campo de Batalha” (slide 00017). A matéria descreve um cenário de guerra no centro do Rio de Janeiro. Desde cedo, havia policiamento ostensivo nas ruas para evitar tumultos no aniversário da “revolução”. No final da tarde, no entanto, começaram os distúrbios. A matéria diz que os estudantes empregaram uma tática de “guerrilha urbana”. A partir daí, é narrado o caos em que se transformou o centro da cidade, com mortos, feridos, presos, depredações e incêndios. A matéria relata a presença, no discurso dos manifestantes, de incitação a pegar em armas para derrubar a ditadura. Também faz questão de registrar o medo e o transtorno que as manifestações trouxeram à população, como nos trechos “à passagem da multidão, todo o comércio cerrava as portas e transeuntes fugiam” e “até as 21 horas ainda era grande o número de pessoas que aguardavam condução para casa”. Mais uma vez, está presente a idéia da infiltração de agitadores externos ao movimento estudantil.

No mesmo dia, a página 15 traz a manchete “Ataque Para Seqüestrar PMs” (slide 00018). A matéria dá conta da “fúria” e “covardia” de manifestantes do Rio de Janeiro que tentaram linchar dois policiais feridos, perseguindo uma ambulância. Parece difícil pensar numa desumanidade maior do que essa, o que afeta diretamente a imagem que se tem dos manifestantes.

Na página 18 da mesma edição do jornal, vemos a manchete “Tensão no Quartel” (slide 00019). A matéria relata detalhes de operação policial montada para conter as manifestações na cidade do Rio de Janeiro durante o aniversário do golpe. Registra que policiais desarmados enfrentavam agitadores que portavam armas de fogo. Ressalta a comoção no quartel com a chegada de soldados feridos, o que dá um tom de emotividade à notícia. Por fim, a matéria informa que alguns soldados tiveram que ser contidos para que não espancassem manifestantes presos. Moral da história: se, nos protestos, predominava a selvageria a ponto de se tentar linchar policiais feridos, nos quartéis predominava a racionalidade, apesar do clima de forte tensão.

Ainda na edição do dia 02 de abril, vemos uma página de jornal em cujo topo está, em letras garrafais, a seguinte manchete: “Turbas de agitadores armados desafiaram a polícia nas ruas” (slide 00020). A página, recheada de fotos dos conflitos de rua, dá o tom do que viria escrito na pequena matéria, que é praticamente um editorial com a opinião do jornal sobre as manifestações que marcaram o aniversário da “revolução” no Rio de Janeiro. Em poucas linhas, o episódio é caracterizado como “desordem” que explodiu de forma imprevisível. A cidade virou um campo de batalha: de um lado, “manifestantes exaltados”; do outro, soldados da PM. Os policiais, portando bombas de gás e cassetetes, eram impotentes diante da “turba”, segundo informa o jornal. O resultado da manifestação foi, nas palavras de *O Globo*, “sangue, morte e muitas prisões, gente trabalhadora aflita em correrias à hora de saída de seus empregos.” A morte de Édson Luís aparece na matéria como um mero pretexto para a promoção da “baderna” e do “tumulto”. O sensacionalismo marca presença na manchete, texto, fotos e legendas. Não há informação nova em relação aos fatos já noticiados anteriormente, apenas condenação enfática das manifestações.

No dia 03 de abril, o título do editorial situado na capa do jornal é “Basta de agitação” (slide 00021). Esse título se repete no final do texto, dando bem uma idéia do conteúdo global do artigo. O editorial se inicia sustentando a tese do repúdio dos estudantes e da população carioca às manifestações de protesto realizadas após a morte de Édson Luís que, na visão do jornal, estariam sendo organizadas por “baderneiros”, “vândalos que, por meio do terror, querem levar o País ao caos”. Ainda assim, a Rádio de Havana “se esmera em açular os brasileiros contra o Governo da Revolução”. Depois desse argumento, que parece um tanto quanto deslocado do tema do texto, o editorial passa a condenar manifesto divulgado pela “Frente Ampla”⁵⁰, signo da “irresponsabilidade” e do “impatriotismo”. Carlos Lacerda⁵¹ é acusado de tentar jogar os jovens contra o Exército e frisa-se que fazem parte da Frente Ampla “os proscritos Srs. Kubitschek e Goulart, além de vários congressistas e políticos”. Mais à frente, o editorial diz que o governo realizou “uma obra administrativa apreciável”, elogiando fundamentos da política econômica dos militares. Segundo o texto, é contra esse êxito governamental que se erguem os agitadores. Ao final do artigo, *O Globo* clama por um endurecimento do regime: “chegou ao fim a ilusão quase fatal de uma conciliação impossível e mesmo indesejável”. Nas palavras do jornal, “democracia e anarquia são incompatíveis. Para preservar a primeira, terá de erradicar a última.” Chama atenção aí o fato de que *O Globo* parece considerar a ditadura militar um regime democrático, por mais paradoxal que

⁵⁰ Frente integrada por uma série de políticos proscritos e congressistas de oposição ao regime militar. Seu objetivo era a restauração da legalidade democrática no Brasil.

⁵¹ Jornalista e ex-governador do estado da Guanabara, um dos principais líderes civis do golpe militar, se tornou posteriormente um voraz opositor da ditadura, tendo participado de iniciativas como a formação da chamada “Frente Ampla”.

isto soe. O editorial é raivoso, vociferando, para qualificar a ação dos participantes dos protestos, expressões como “vandalismo”, “mazorca”, “agitadores profissionais”, “desordem”, “subversão”, “baderneiros”, “terror”, “caos”, “maquinações diabólicas” e “provocadores”.

Ainda nessa mesma edição do jornal, aparece na página 6 a manchete “Costa e Silva Admite Endurecimento do Regime” (slide 00022). A matéria fala sobre a encruzilhada em que se vê o Governo Costa e Silva, entre o endurecimento ou não do regime. Afirma que, no momento, o presidente está disposto a usar somente instrumentos legais para “defender os ideais revolucionários”, mas que tomará medidas de exceção caso seja necessário. Aparece no texto a idéia de que os estudantes estariam agindo insuflados e dominados por agitadores e de que a morte de Édson Luís foi apenas um pretexto para o desencadeamento de ações anti-revolucionárias. O trecho a seguir dá o tom do que afirma a matéria: “O Governo revolucionário busca a concretização da verdadeira democracia, dentro da ordem, e a desordem é, assim, incompatível com a própria razão de ser de sua administração”. Chama atenção aí a idéia de que o governo militar luta pela manutenção da “verdadeira democracia”, ameaçada por agitadores. Seria lícito concluir, por mais paradoxal que pareça, que quem luta contra a ditadura é inimigo da democracia.

Na mesma página 6, vemos a manchete “Senador Diz Que Rádio de Cuba Incita Povo à Luta” (slide 00022). Durante a maior parte da matéria, são abordados os discursos de senadores da oposição, que condenam a ação policial em relação às manifestações estudantis. Os parlamentares fazem denúncias e críticas contundentes ao governo, que são registradas na reportagem. No entanto, tudo isto se vê diluído diante do factóide presente na manchete e no início do texto: um senador disse que a Rádio de Havana estaria incitando o povo à luta para derrubar o governo e instituir um regime semelhante ao cubano.

Na página 11 da mesma edição, vemos artigo intitulado “A Carta do Marechal”, assinado por Maurício Joppert da Silva (slide 00023). O autor do artigo dialoga com outro artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de autoria do Marechal Mário Poppe de Figueiredo. Maurício considera positivos os saldos dos governos militares e diz que o que atrasa a marcha para o progresso no Brasil é a falta de técnicos, devida à escassa atenção dada até então ao ensino superior. O autor discorda do remédio que o marechal propõe para esfriar os ânimos no país, que é a liberdade. Deixa transparecer que, para ele, apesar da ditadura, reina no Brasil a liberdade. Afirma que a eleição indireta do presidente é democrática e permite uma “escolha tranqüila e justa”, só se queixando dela os “saudosos da bagunça goulartiana”. Diz que, se Goulart ainda estivesse no poder, hoje haveria no Brasil uma “violenta ditadura” – como se naquele momento houvesse algo diferente disso. Por fim, admite que existem erros a serem corrigidos no regime, como algumas cassações injustas que deveriam ser revistas. No entanto, considera o balanço geral positivo.

Ao lado desse artigo, na mesma página, se lê a manchete “Continuará Fechado o Instituto Cooperativo” (slide 00023). A matéria informa que, após reunião entre autoridades governamentais, ficou definido que permanece fechado o Instituto Cooperativo de Ensino, cujos estudantes comiam no Calabouço. A justificativa é de que a área do restaurante se tornara “centro de reunião de agitadores e subversivos, que exploravam a boa-fé dos autênticos estudantes”. É flagrante aí a dicotomia que o jornal estabelece entre duas categorias bastante distintas e abstratas: os “estudantes profissionais” e os “verdadeiros estudantes”.

Na página 16 da mesma edição do jornal, nos deparamos com a manchete “Católicos Lamentam Exploração” (slide 00027). A matéria dá conta de manifesto divulgado pela Associação de Educação Católica da Guanabara. O documento lamenta a exploração política da morte de Édson Luís, mas também a violenta repressão policial às manifestações estudantis. Também são abordados pela matéria dois manifestos estudantis que conclamariam os jovens a unirem-se em torno de seus “reais problemas”, não se deixando manipular por interesses alheios. Esses reais problemas certamente não são de cunho político. Segundo informa a reportagem, eles condenam a exploração política que estaria sendo feita do cadáver de Édson Luís e afirmam que o jovem foi “vítima de seus próprios companheiros”. Um dos manifestos termina afirmando que a “Revolução de 64” foi feita para defender a democracia. O tom desses manifestos, não por acaso divulgados pelo jornal, é extremamente reacionário. Aparece de novo aí a dicotomia entre “estudantes autênticos” e “estudantes profissionais” e a idéia de infiltração de agitadores no movimento estudantil.

No dia 04 de abril, o editorial, que vem estampado na capa do jornal (slide 00030), exhibe o sugestivo título “Massa e democracia”. O texto advoga a tese de que, para que haja democracia, a vontade da massa necessita de intermediários, pois o poder direto do povo se autodestrói. Nesse sentido, o totalitarismo estaria presente nas concentrações de massa, “manobradas” por “líderes”. Salta aos olhos a idéia autoritária de que a massa é burra e irracional, sendo facilmente dominada por qualquer tirano de belas palavras. Por fim, o texto afirma que, sem os intermediários da vontade popular, “teríamos o reinado do quebra-quebra. Não é isso que os brasileiros desejam”. Não resta nenhuma dúvida de que o alvo das críticas são as passeatas e manifestações estudantis. O texto parece desconsiderar o fato de que, no caso específico do Brasil de 1968, o “intermediário da vontade popular”, elemento que garantiria a democracia, era um governo ditatorial, implantado após um golpe militar.

Na edição desse mesmo dia, na página 11, lemos a seguinte manchete: “Líderes Estudantis Traçam a Luta e Aplaudem o Êxito” (slide 00031). A matéria dá conta de reunião na UFRJ na qual líderes do movimento estudantil analisam o resultado das manifestações país a fora como sendo de êxito total. Esta reportagem foi destacada para análise porque apresenta elementos novos em relação

ao que o jornal vinha registrando até então. Em grande parte das matérias publicadas por *O Globo*, o que se vê são entidades estudantis – serão os diretórios oficiais da Lei Suplicy? - com discursos relativamente semelhantes aos das autoridades sobre os protestos: entram em cena elementos como a infiltração de agitadores no movimento estudantil, o desvirtuamento de suas “reivindicações justas”, a condenação da “baderna”. Esse tipo de visão está presente em diversas matérias do período, como é o caso de uma publicada no dia 03 de abril, que traz a seguinte manchete: “Estudantes Condenam a Baderna” (slide 00028). Na reportagem ora em análise, no entanto, o que temos é uma perspectiva estudantil diferente da que em geral aparece nas páginas deste jornal. A matéria segue informando que os estudantes decidiram pelo comparecimento normal às aulas como forma de articular melhor a luta contra “a ditadura, o imperialismo e pela melhoria do ensino e da pesquisa no país”. Eles aceitaram a liderança da UNE e UME para dar um sentido político mais global às suas reivindicações. Desse modo, aqui aquela idéia de que os verdadeiros estudantes não devem se meter em questões políticas para não “desvirtuar suas reivindicações justas” cai por terra. Pelo exposto na matéria, eles pretendem articular as questões meramente reivindicatórias ligadas ao dia-a-dia nas universidades com questões políticas. Denunciaram que há colegas desaparecidos e feridos e também questionaram a origem dos materiais “subversivos” que teriam sido supostamente apreendidos pela polícia no Calabouço. Um representante do Diretório Acadêmico de Medicina da UFRJ negou que policiais tenham sido baleados durante as manifestações. Isto porque, segundo ele, “colegas seus, de plantão nos hospitais oficiais, fizeram um levantamento e informaram que apenas dois soldados sofreram fraturas”. Vladimir Palmeira falou sobre a questão da infiltração no movimento estudantil. Esta, em sua visão, não seria protagonizada por “agitadores comunistas”, mas sim por provocadores da própria polícia, que seriam os verdadeiros responsáveis pelos distúrbios na cidade do Rio de Janeiro. A matéria inverte a questão da infiltração no movimento estudantil e apresenta uma perspectiva diferente. Esse caso é interessante para perceber que, apesar da censura e da linha editorial conservadora do jornal, havia, no interior das redações, profissionais que procuravam “atuar nas brechas”. E, algumas vezes, eles conseguiam furar o bloqueio da censura e do controle das chefias, passando informações e interpretações diferentes das oficiais.

Na mesma página de jornal, logo abaixo, se lê a seguinte manchete: “Jovens Contra Agitação” (slide 00031). Aí temos de volta à cena o discurso já consagrado pelo jornal de que os “verdadeiros estudantes” condenam os protestos realizados no Rio de Janeiro. A versão é novamente confirmada por entidades e manifestos estudantis. Há alinhamento à difundida versão da deturpação das verdadeiras reivindicações estudantis por elementos subversivos infiltrados entre os jovens.

No dia 05 de abril, o editorial “Milagre na Candelária” (slide 00032) aborda os acontecimentos da véspera no Rio de Janeiro, quando um grupo de padres escoltou a multidão que deixava a Missa

de Sétimo Dia de Édson Luís, realizada na Candelária. O gesto dos religiosos tinha o objetivo de proteger as pessoas de investida policial que se anunciava na saída da cerimônia. No final das contas, o conflito estourou por iniciativa dos soldados e um padre acabou sendo espancado. Apesar desse desfecho, o editorial justifica as medidas “preventivas” adotadas pelas autoridades na ocasião da Missa de Sétimo Dia de Édson Luís: era preciso “impedir a repetição das depredações e conflitos dos últimos dias”. A missa é realizada num clima de absoluta tranquilidade apesar da presença de agitadores que, segundo o jornal afirmou ironicamente, devem ter sido “tocados pela Graça”, o que os impediu de perturbar o ambiente de paz reinante. A investida das forças policiais contra os que saíam da missa é justificada no texto pela “tensão” – ou será vingança? - daqueles soldados, vários dos quais “participaram há dias de outros conflitos”. Os policiais são aí quase transformados em vítimas, apesar de terem tomado a iniciativa de investir contra pessoas desarmadas que saíam de uma missa de sétimo dia. A intervenção dos padres, que conseguiram evitar o conflito, é saudada, pois “a Igreja cumpria o seu papel de atenuadora das paixões”. O editorial exalta essa atuação, comparando-a à conduta de outros sacerdotes “infelizmente desgarrados e entregues à luta de classes”, os quais, ao contrário, “procuram conduzir seus rebanhos à revolta”. Chega o final do texto e não se vê qualquer tentativa do jornal de condenar os atos de violência praticados pela polícia, que tiveram como ápice o espancamento de um padre.

Na mesma edição do jornal, vemos na página 11 a manchete “Padres Evitam Novo Conflito à Porta Da Igreja” (slide 00037). A matéria dá conta das investidas policiais contra as pessoas que saíam das missas de sétimo dia realizadas para Édson Luís na Candelária. Após a cerimônia da noite, os padres tentaram, durante algum tempo, impedir que a polícia avançasse sobre a multidão, fazendo um cordão de isolamento. Depois, no entanto, apesar do clima ordeiro que reinava na saída da solenidade, a PM e o DOPS atacaram com brutalidade uma multidão de pessoas desarmadas. Um padre chegou a ser espancado e insultado por agentes do DOPS, e foram registradas diversas outras agressões bárbaras praticadas pelas autoridades. Apesar disso, em nenhum momento se classifica a ação da polícia sequer como truculenta. Talvez porque, como diz o editorial do dia, a barbárie se justifica pela “tensão” dos policiais. A matéria registra que até mesmo pessoas que esperavam ônibus foram atacadas. Se fossem os manifestantes que espancassem um padre, isto viraria manchete em letras garrafais, e o tom condenatório certamente seria indisfarçável na matéria. Os estudantes seriam, como de hábito, tachados de “turba”, “horda”, “violentos”, “baderneiros” e coisas desse tipo. No entanto, o jornal se mostra mais condescendente quando certas ações partem das autoridades.

Por fim, na mesma página, logo abaixo, vemos a manchete “Cavalaria em Ação Após a Missa Matinal” (slide 00037). A matéria dá conta da “indiscriminada repressão policial a homens,

mulheres e crianças” antes e depois da missa de sétimo dia celebrada para Édson Luís na Candelária pela manhã. Para evitar aglomerações, os policiais lançavam “bombas de lacrimogêneo onde se encontrassem mais de três pessoas”. Os jornalistas também foram atacados pelos policiais, que procuravam “vingar-se das críticas de que foram alvo por parte de diversos órgãos de divulgação”. Houve verdadeiros espancamentos. Máquinas fotográficas de repórteres foram quebradas e seus filmes, incendiados pelos policiais. A ação das autoridades se caracterizou por atos de grande selvageria contra a população e até mesmo a própria imprensa. Apesar disso, não vemos na matéria a condenação enfática dessas ações, tão comum quando o tema são os efeitos das manifestações estudantis.

Para analisar a cobertura feita pelo jornal *O Globo* dos acontecimentos estudantis que se seguiram à morte de Édson Luís, optamos por nos deter tanto sobre o conteúdo de matérias publicadas a esse respeito quanto sobre os editoriais do periódico. Nas reportagens do jornal, observamos as escolhas que foram feitas com relação à seleção de fatos, vocabulário, fotos e fontes. Sabemos que, apesar do velho mito da imparcialidade jornalística, não existe neutralidade na redação de uma notícia. Uma reportagem será sempre fruto de algum tipo de recorte, uma seleção dos acontecimentos que se deseja destacar num universo bastante grande de possibilidades. Tal seleção está longe de ser neutra. Assim, quando *O Globo* resolve privilegiar, em suas matérias, a divulgação de manifestos de entidades estudantis que condenam os protestos ocorridos após o assassinato de Édson Luís, qualificando-os como uma tentativa de exploração política da morte, isto é uma escolha. Não tem nada de natural. Aliás, longe disso. Se nas reportagens já é possível identificar certos padrões político-ideológicos que orientam essas escolhas, isto se acentua ainda mais nos editoriais de *O Globo*. Diferentemente das matérias jornalísticas, os editoriais são textos claramente opinativos. O principal objetivo deles não é informar, mas sim convencer. Após a leitura dessas análises de reportagens e editoriais de *O Globo* publicados em 1968, espero que tenha sido possível justificar as impressões que manifestei no início deste item a respeito do tom geral da cobertura desses acontecimentos estudantis. Agora, é chegado o momento de passarmos à análise da releitura comemorativa desses mesmos acontecimentos, realizada pelo jornal em 2008. A partir daí, poderemos finalmente empreender uma análise comparativa.

Eis a manchete da reportagem que lembra, quarenta anos depois, a morte de Édson Luís e os protestos estudantis que se seguiram ao assassinato: “Mataram um estudante. Podia ser seu filho”. É significativo que a manchete da matéria seja um slogan criado em 1968 pelos estudantes durante o velório do colega. Isto já parece denotar a adoção de uma perspectiva diferente em relação à narrativa daqueles acontecimentos. Essa perspectiva, ao contrário do que ocorrera em 1968, é eminentemente estudantil. Em tempo: se, há quarenta anos, o jornal *O Globo* privilegiava

nitidamente em suas manchetes e textos as declarações de autoridades governamentais sobre os acontecimentos estudantis, em 2008 o que vimos na cobertura deste mesmo veículo foram os estudantes de 1968 narrando os acontecimentos ligados à morte do colega. Tanto é assim que as principais fontes da matéria publicada no dia 28 de março de 2008 são Vladimir Palmeira, Fernando Gabeira e Artur Poerner. Isto por si só já faz uma grande diferença, tanto em termos de forma quanto de conteúdo da reportagem.

Prosseguindo com nossa análise, no subtítulo da matéria, temos: “Há quarenta anos, o Rio parava para se comover e protestar contra o assassinato de Édson Luís no Calabouço”. É importante perceber que esta breve sentença já contraria a versão amplamente disseminada por *O Globo* em 1968, segundo a qual, em síntese, os protestos que se seguiram à morte de Édson Luís eram articulados por “agitadores profissionais”, não encontrando respaldo nem nos estudantes nem na população carioca, que repudiava essas ações. Quarenta anos depois, no entanto, o subtítulo citado acima assume uma versão completamente oposta a essa ao afirmar que “o **Rio** parava para se comover e **protestar** contra o assassinato de Édson Luís no Calabouço”.

“Era um garoto como tantos freqüentadores do Restaurante Central dos Estudantes, no Calabouço, Centro do Rio”. O tom literário do início da matéria já dá uma idéia do que vem pela frente. Aqui, Édson Luís deixa de ser o mártir estudantil assassinado no Calabouço para ser tratado como um “garoto como tantos freqüentadores” daquele restaurante. O personagem criado pela tragédia de 1968 finalmente ganha feições humanas: fala-se sobre suas origens, sua vida no Rio de Janeiro, as atividades que desenvolvia para se manter, o local onde estudava, seus sonhos, sua rotina no Calabouço. Esses elementos praticamente não tiveram espaço na cobertura de 1968.

Em seguida, o jornal passa a narrar a situação do Calabouço na década de 60, registrando que o local era visto pelo regime militar como “um centro de agitação estudantil”. A reportagem chega a se referir ao antigo restaurante através de uma espécie de apelido carinhoso: “Calaba”. Tamanha intimidade no tratamento daquele “antro de agitadores” seria inimaginável em 1968. Quarenta anos depois, com a adoção de uma perspectiva eminentemente estudantil pelo jornal na abordagem dos episódios daquela época, isto se modifica.

A matéria registra que “Édson não era ativista da luta contra a ditadura, mas brigava pelo restaurante onde comia, e participava ajudando a colar cartazes e jornais nos murais”. Aqui, ainda é possível perceber vestígios da idéia tão disseminada pelo jornal em 1968 de uma separação total entre as demandas estudantis de caráter reivindicatório (constantemente chamadas de “reivindicações justas”) e a conjuntura política vivenciada no país. É sempre difícil separar uma coisa da outra, e, durante o regime militar, essas duas dimensões pareciam ainda mais fortemente imbricadas.

A partir daí, a matéria passa a narrar o assassinato do jovem, seu velório na Assembléia Legislativa, o cortejo e o enterro. Registra o clima de comoção vivenciado em toda a cidade do Rio de Janeiro, que parou para velar “o primeiro cadáver simbólico da ditadura militar instalada havia quatro anos”. É interessante observar que, em 2008, sai de cena o termo “Revolução”, tão utilizado pelo jornal quarenta anos antes, e entra em seu lugar a expressão “ditadura militar”. Esta mudança de tratamento em relação ao regime instaurado no país a partir de 1964 carrega forte conteúdo simbólico.

A reportagem menciona, de maneira breve, os confrontos entre a polícia e os estudantes ocorridos no dia 1º de abril, data em que foram organizadas “manifestações em todo o país, pelo aniversário da ‘revolução’ de 31 de março de 1964”. É interessante prestar atenção na única vez em que o termo “revolução” é mencionado na matéria de *O Globo* publicada em 2008. Em sua única aparição, a palavra vem entre aspas e com letra minúscula. Segundo a reportagem, os confrontos de rua entre estudantes e polícia eram qualificados pelos jornais como “guerrilha urbana”. Entre esses jornais, se incluía o próprio *O Globo*.

A matéria aborda ainda os episódios ligados à Missa de Sétimo Dia de Édson Luís na Candelária, quando um grupo de padres teve que formar um cordão de isolamento para impedir que a polícia investisse contra as pessoas que saíam da cerimônia. A narração desse episódio também conta com o emprego de recursos literários, como se pode atestar em “na igreja, o efeito do gás lacrimogêneo confundia-se às lágrimas de emoção”. O emprego desse tipo de recurso ajuda a emprestar dramaticidade à narrativa.

Por fim, a matéria informa que, cinco anos após a morte de Édson Luís, seus restos foram levados para o ossário do Cemitério São João Batista por falta de interessados em mantê-lo numa gaveta.

Depois da rememoração pura e simples dos episódios de 1968, o jornal faz uma ponte desses acontecimentos com o presente através de uma matéria coordenada cuja manchete é “Mãe de Édson Luís chega ao Rio”, e o subtítulo, “Dona Maria de Belém, de 84 anos, inaugura a estátua do filho”. Essa matéria trata exatamente da vinda da mãe do menino assassinado pela ditadura ao Rio de Janeiro em 2008 para a inauguração de uma estátua em homenagem ao jovem. A solenidade foi iniciativa da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em conjunto com a prefeitura da cidade e entidades estudantis. A matéria se inicia pelo relato do que a mãe de Édson Luís fez no Pará antes de embarcar num avião rumo ao Rio de Janeiro. Também é feito um registro de suas condições de vida. A matéria é finalizada com a reprodução de declarações de Dona Maria de Belém sobre o filho assassinado. Ela lembra seu maior sonho – se formar em Engenharia Civil – e sua maior promessa – comprar uma casa para a família.

Como se pode perceber, entre 1968 e 2008, a cobertura do jornal *O Globo* acerca dos episódios estudantis ligados à morte de Édson Luís se modifica substancialmente. Espero ter conseguido demonstrá-lo a partir desta análise comparativa que ora chega ao fim. As razões que explicam mudanças tão significativas em termos de abordagem serão tratadas no próximo capítulo.

5. Como o ano de 1968 é lembrado hoje? Às voltas com as questões da memória social...

Antes de nos lançarmos à empreitada de responder à pergunta presente no título deste capítulo, faremos uma breve incursão por conceitos importantes quando se trabalha com as questões da memória social. Afinal, quando nos indagamos sobre a maneira como o ano de 1968 é lembrado hoje, estamos nos aventurando exatamente no campo dos estudos de memória. Desse modo, nos parece fundamental introduzir alguns dos conceitos trabalhados por esse campo de pesquisa, pois isto instrumentalizará a nossa análise posterior. Também nos debruçaremos sobre o fenômeno da superabundância de memória na contemporaneidade. Desse modo, neste primeiro momento do capítulo, nos utilizaremos fartamente dos textos de Michael Pollak⁵², Andreas Huyssen⁵³ e Ana Paula Goulart Ribeiro⁵⁴.

A memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se deseja proteger. Quando se fala sobre esse tema, a primeira coisa que se deve ter em mente é que os sujeitos só se lembram das coisas a partir do ponto de vista de grupos sociais específicos. Dentro dessa perspectiva, seria lícito dizer que a memória fornece coesão social, estando sempre associada ao sentimento de identidade. A memória diz respeito mais ao presente do que ao passado, uma vez que

é a partir da atualidade e estimuladas por ela que se constroem as lembranças. Lembrar não é reviver uma experiência passada, mas reconstruí-la com imagens e idéias de hoje, a partir de materiais que estão à nossa disposição. As memórias são reinterpretações, reconstruções, continuamente atualizadas e reconfiguradas a partir das necessidades e das demandas do presente.⁵⁵

Diferentemente do que imagina o senso comum, memória e esquecimento não são categorias antagônicas ou excludentes, mas sim complementares. A memória é seletiva e, desse modo, implica necessariamente o esquecimento. No entanto, deve-se pontuar que não necessariamente o não dito é fruto de esquecimento. Como bem demonstrou Michael Pollak em seu famoso artigo “Memória,

⁵² POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricas, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: Estudos Históricas, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

⁵³ HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

⁵⁴ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento”. In: COUTINHO, Eduardo; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro, Mauad X, 2008.

⁵⁵ Idem. Pág. 188.

esquecimento, silêncio”⁵⁶, às vezes o longo silêncio sobre um determinado período do passado, longe de levar ao esquecimento, pode ser uma forma de resistência de uma sociedade civil impotente diante do excesso de discursos oficiais. Outras vezes, esse silêncio é um mero reflexo de proteção contra lembranças socialmente traumáticas. Pode ser ainda um sinal de vergonha. Seja como for, é importante delimitar que o silêncio é diferente do esquecimento, pois “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”⁵⁷.

Para Pollak, existiriam duas formas de estruturação da memória coletiva: uma memória oficial, que seleciona e organiza os fatos segundo determinados critérios, gerando zonas de sombras, esquecimentos e silêncios, e várias memórias subterrâneas que, em oposição à oficial, mantêm vivas em pequenos círculos sociais lembranças proibidas, reprimidas ou ignoradas pela visão dominante. Conforme afirmou Pollak no artigo “Memória e identidade social, “isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”⁵⁸. Desse modo, a memória oficial se modifica dependendo das condições de embate com memórias subterrâneas que, num dado momento, porventura tendam a abandonar os pequenos círculos a que se limitavam até então. Essas duas dimensões dialogam entre si permanentemente.

Há, por outro lado, certas memórias que são, para além de silenciadas, literalmente apagadas. Isto é muito comum em regimes autoritários, conforme atesta o célebre caso da Rússia stalinista, em que era corriqueiro o apagamento de Trótski das fotos nas quais ele aparecia com Lênin.

Para além do apagamento e das manipulações, há na sociedade contemporânea um outro tipo de ameaça à memória: “nas democracias liberais, em sociedades do entretenimento, o consumo cada vez mais rápido de informação nos condena a celebrar alegremente o passado e a nos contentar com o prazer da lembrança instantânea. (...) Excesso de memória pode acabar significando memória nenhuma”⁵⁹.

Quando falamos de memória, estamos necessariamente falando de um trabalho de enquadramento das coisas que são lembradas. Esse enquadramento se faz no presente como resultado de uma complexa rede de negociações e disputas permeadas pelos mais variados tipos de relações. Ao fim e ao cabo, é esta operação que determina o que deve ser lembrado e, mais do que isso, como o será. É importante registrar também que as memórias precisam, para efeito de

⁵⁶ POLLAK, Michael. Op. Cit.

⁵⁷ Idem. Pág. 13.

⁵⁸ POLLAK, Michael. Op. Cit. Págs. 204 e 205.

⁵⁹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Op. Cit. Pág. 191.

sobrevivência, ser socialmente críveis. Essa credibilidade só pode ser alcançada na relação com o outro.

Durante muito tempo, a História desempenhou um papel central em termos de constituição da memória social. Nas últimas décadas, no entanto, esse lugar vem sendo progressivamente ocupado pelos meios de comunicação. Seria lícito dizer que “a mídia é o principal lugar de memória e de História das sociedades contemporâneas. (...) A História passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos”⁶⁰. Não é à toa que a mídia é vista por muitos como um “quarto poder”. Trata-se de um lugar privilegiado em termos de representação social, capaz de apontar quais são os acontecimentos mais importantes – que serão aqueles mais tarde dignos de serem lembrados.

Hoje, observamos um curioso fenômeno que parece colocar a memória no centro das preocupações das sociedades ocidentais. Desse modo, o que se apresenta aos nossos olhos na atualidade é uma espécie de “musealização do mundo”. A mídia dá a sua parcela de colaboração nesse processo, trazendo todos os dias às pessoas uma verdadeira enxurrada de episódios memoráveis – ao menos, aos olhos da própria mídia. Somos a todo momento instigados a lembrar de alguma coisa. Ao mesmo tempo, como afirmam alguns autores, os meios de comunicação de massa também produzem amnésia e apatia com relação ao passado mercadorizado que nos chega todos os dias em doses superabundantes. É como se o “boom” de memória vivenciado nas sociedades contemporâneas fosse acompanhado por um “boom” de esquecimento de intensidade semelhante. Vivemos num mundo onde a memória é espetacularizada e mercantilizada pela mídia, o que gera muitas vezes a banalização do que é lembrado.

Hoje, tanto a memória pessoal quanto a cultural são afetadas pela emergência de uma nova estrutura de temporalidade, gerada pelo ritmo cada vez mais veloz da vida material, por um lado, e pela aceleração das imagens e das informações da mídia, por outro. A velocidade destrói o espaço, e apaga a distância temporal. Em ambos os casos, o mecanismo da percepção psicológica se altera. (...) O que sob um aspecto parece a esmagadora vitória do presente modernizador sobre o passado, visto de uma outra perspectiva, apresenta-se como uma entropia do espaço ocupado pelo presente. A crescente aceleração das inovações científicas, tecnológicas e culturais numa sociedade orientada para o consumo e o lucro cria quantidades cada vez maiores de objetos, estilos de vida e atitudes fadados à rápida obsolescência, e assim faz encolher efetivamente a duração temporal daquilo que pode ser considerado o presente, num sentido concreto. O aspecto temporal dessa obsolescência planejada é, evidentemente, a amnésia. Esta, porém, gera simultaneamente o seu próprio oposto: a nova cultura museica como uma formação reativa. Seja um paradoxo ou uma dialética, a disseminação da amnésia na nossa cultura se faz

⁶⁰ Idem. Pág. 195.

acompanhar de um incoercível fascínio pela memória e pelo passado.⁶¹

Hoje, o que vemos nos produtos da indústria cultural é uma verdadeira explosão mnemônica que, na prática, tem disseminado uma amnésia cada vez maior na sociedade. Esta tendência também se manifesta de maneira marcante no próprio jornalismo que, em tese, deveria ser o território por excelência da atualidade. Hoje, esse campo também se vê invadido por uma enxurrada de eventos memoráveis, o que não se dá por acaso: “a formalização e o registro da memória social, mesmo não sendo a função primeira do jornalismo, acabam sendo sua função secundária, uma espécie de efeito colateral extremamente importante, inclusive no próprio processo de legitimação de sua função ‘principal’”⁶².

Hoje, vemos que a mídia muitas vezes contribui em larga escala para uma banalização do que pode ser entendido como fato histórico. A cada ano que passa, o que se vê na mídia são intermináveis e exaustivas comemorações das mais variadas datas redondas, desde os 200 anos da vinda da Família Real para o Brasil até os 100 anos que Machado de Assis completaria se estivesse vivo, passando pelos dez anos de morte do cantor sertanejo Leandro e pelos quarenta anos de 1968. Tudo é celebrado pela mídia no mesmo tom de festa, sem maiores aprofundamentos a respeito dos fatos em si.

Passado este primeiro momento de conceitualização, agora devemos partir à resposta da pergunta que abre este capítulo: “como o ano de 1968 é lembrado hoje?” Buscaremos dar resposta a tal indagação recorrendo a uma breve análise da releitura comemorativa dos eventos daquele ano realizada por *O Globo* em 2008. Essa releitura foi composta a partir de um conjunto de reportagens cujo foco principal foram os acontecimentos de 1968 fora do Brasil, com amplo destaque para o maio francês. Só para se ter uma idéia, há páginas e páginas de reportagens sobre os episódios estudantis na Europa (notadamente os ocorridos na França e Tchecoslováquia). Há também matérias sobre a luta por igualdade racial levada a cabo na década de 60 nos EUA. Chama atenção, no entanto, o silêncio sobre a maior parte dos acontecimentos marcantes do ano de 1968 no Brasil. Este silêncio só não é total graças à publicação de uma única reportagem sobre a morte de Édson Luís. Sexta-Feira Sangrenta, Passeata dos Cem Mil, Congresso de Ibiúna... nada disso mereceu sequer menção nas páginas de *O Globo* em 2008, como se tais episódios não tivessem sido suficientemente marcantes a ponto de serem rememorados. Certamente, não é por acaso que isto se deu.

⁶¹HUYSSSEN, Andreas. Op. Cit. Págs. 74, 75 e 76.

⁶²RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Op. Cit. Pág. 203.

Conforme já dito acima, a memória é seletiva. Não é viável lembrar tudo, portanto são necessários enquadramentos para definir o que será lembrado, e como o será. Em sua série de reportagens comemorativas dos quarenta anos de 1968, o jornal *O Globo* optou por privilegiar a lembrança de fatos que aconteceram fora do país, notadamente na Europa e nos EUA. Esse silenciamento quase completo sobre os acontecimentos de 1968 no Brasil certamente tem uma explicação, e nos cabe pensar a respeito.

Durante a análise comparativa realizada no capítulo anterior, vimos que, em 1968, *O Globo* tinha um discurso bastante semelhante ao da ditadura militar com relação ao movimento estudantil brasileiro. Nas páginas do jornal, se veiculava a tese de que “agitadores profissionais” se infiltravam entre os estudantes com o objetivo de corromper suas “reivindicações justas” e, assim, desestabilizar o regime, abrindo caminho para a implantação do comunismo no Brasil. Desse modo, os jovens que participavam das manifestações de rua eram vistos ora como “massa de manobra” de elementos subversivos, ora como meros “baderneiros”. Seja como for, seria lícito dizer que o tom geral das matérias publicadas era de criminalização do movimento estudantil e, sobretudo, das manifestações de rua. *O Globo* chega em vários momentos a clamar por um endurecimento do regime militar, que viria ao final do ano, com a decretação do AI-5. São esses os principais traços que marcam a cobertura feita pelo periódico em 1968.

Passados quarenta anos daqueles episódios, *O Globo* se propõe a fazer uma releitura comemorativa dos principais acontecimentos de 1968. Privilegia, no entanto, os fatos ocorridos a quilômetros de distância daqui, nos EUA e na Europa. Essa opção de enquadramento gerou um silêncio quase total nas páginas do periódico sobre os principais episódios que marcaram o ano de 1968 no Brasil. Silenciar sobre os acontecimentos daquele ano em nosso país significa, em alguma medida, silenciar também sobre as posições defendidas pelo jornal naquele período. Conforme pudemos constatar, a linha editorial de *O Globo* em 1968 era bastante alinhada aos discursos produzidos pelo regime militar. Lembrar 1968 no Brasil seria, em alguma medida, abrir espaço para a lembrança desse alinhamento, do qual temos uma pista quase subliminar na matéria publicada sobre a morte de Édson Luís em 2008, em trecho no qual é dito o seguinte sobre as manifestações de rua que se seguiram à tragédia: “A pancadaria no Rio foi grande. (...) Os jornais qualificavam a batalha como guerrilha urbana”. Ao partir para a generalização, afirmando que os jornais caracterizavam os confrontos de rua como “guerrilha urbana”, a posição conservadora de *O Globo* acerca desses episódios fica diluída.

As Organizações Globo parecem querer que a população esqueça o seu alinhamento ao regime militar instaurado no Brasil através do golpe de 64. A empresa tenta promover esse esquecimento de duas maneiras distintas: uma delas é o silenciamento quase total constatado na cobertura

comemorativa a respeito dos episódios marcantes vivenciados no Brasil em 1968; a outra é o engajamento em projetos como o propagandeado “Memória do Movimento Estudantil”, através do qual a Fundação Roberto Marinho decidiu recentemente se lançar num esforço de preservação da memória das mobilizações estudantis brasileiras. Se essas duas vertentes de atuação podem parecer à primeira vista contraditórias, minha hipótese é de que, na realidade, elas são complementares.

Conforme já pontuado acima, a memória se funda numa dialética entre a lembrança e o esquecimento. A rememoração que as Organizações Globo promovem acerca dos acontecimentos de 1968 no Brasil atua a partir desses dois pólos da dialética. Por um lado, a empresa aposta no esquecimento quando silencia, em sua série de reportagens comemorativas publicadas no jornal *O Globo*, a respeito da quase totalidade dos acontecimentos estudantis que marcaram o ano de 1968 em nosso país. Por outro, investe na lembrança quando se engaja em projetos como o “Memória do Movimento Estudantil”. Em tempo: como parece impossível apagar inteiramente da memória da sociedade brasileira os acontecimentos de 1968 no país, torna-se necessário disputar o enquadramento que esses fatos terão na memória social. Esta operação de enquadramento não é de modo algum neutra: trata-se de enfatizar alguns aspectos e nuançar outros. A lógica parece simples: se é impossível apagar inteiramente da memória das pessoas os acontecimentos de 1968 no Brasil, então que pelo menos eles sejam lembrados segundo o enquadramento mais conveniente para as Organizações Globo. Isto também tenderá a produzir o esquecimento, senão dos fatos como um todo, pelo menos de suas nuances “menos agradáveis”, por assim dizer. Uma delas seria certamente a postura de criminalização das mobilizações juvenis adotada pela Globo em 1968. A memória do movimento estudantil construída por outros grupos sociais, como por exemplo as organizações de esquerda, poderia enfatizar, entre outras coisas, também este aspecto. Já a memória do movimento estudantil construída pela Fundação Roberto Marinho certamente não o fará, e por razões óbvias.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, o ano de 1968 no Brasil hoje é lembrado pelo jornal *O Globo* a partir de uma perspectiva eminentemente estudantil. Se atualmente a memória oficial sobre os episódios de 1968 pende mais para esse tipo de perspectiva, sabemos que nem sempre foi assim. No final dos anos 70, por exemplo, essa visão estudantil acerca dos episódios de 1968 era apenas uma memória subterrânea e, desse modo, estava restrita a pequenos círculos sociais, como as organizações de esquerda. Hoje, no entanto, após um longo período de embates entre a memória oficial produzida pelo regime implantado em 1964 e as memórias subterrâneas dos grupos sociais por ele sufocados, o que temos é uma mudança significativa na maneira como os acontecimentos estudantis do período da ditadura são lembrados pela sociedade. Essa mudança está muito associada às transformações políticas vivenciadas num país que, depois de 21 anos de regime militar, viu finalmente restaurada a democracia liberal. Hoje, quem conta a história do movimento

estudantil de 1968 não são mais coronéis nem generais, mas os próprios estudantes da época. Aliás, há que se registrar que a memória produzida pelos militares acerca do regime que eles mesmos implantaram, por outro lado, parece a cada dia mais subterrânea. Essa mudança de enquadramento só vem a confirmar o já dito acima: a memória social é um campo de disputa.

Por fim, nos cabe fazer uma breve reflexão acerca da memória produzida pela cobertura comemorativa do jornal *O Globo* a respeito das manifestações que sacudiram os EUA e a Europa em 1968. O que vimos nas páginas do periódico foi um verdadeiro pastiche em que se misturam acontecimentos de natureza bastante distinta ocorridos em diversas partes do mundo. Há muitas entrevistas, mas as questões postas em debate são, ainda assim, muito pouco aprofundadas. A sensação que fica após a leitura de todo esse material jornalístico é a de que muitas coisas foram lembradas, mas poucas foram de fato compreendidas. Sabemos que a incompreensão representa um passo importante em direção ao esquecimento. Eis mais um exemplo de como esse culto da memória, ao primar pela banalização do passado, acaba gerando amnésia. Também é válido registrar que as reportagens transmitem uma imagem essencialmente mitificada do ano de 1968. Isto talvez se explique pelo fato de que parece difícil, nesse mundo cético e conformista da pós-modernidade, entender como foram possíveis gestos de contestação como os dos jovens de 1968. Na falta de entendimento, os veículos de mídia parecem, via de regra, recorrer a representações mitificadas sobre aquele conturbado período da História.

6. Conclusão

Conforme foi possível perceber a partir da análise comparativa realizada neste trabalho, as mobilizações estudantis de 1968 foram objeto de abordagens bastante distintas por parte do jornal *O Globo*. Se, na seqüência imediata àqueles acontecimentos, o que se via nas páginas do periódico era um discurso similar ao da ditadura militar com relação ao movimento estudantil brasileiro, o que marcou a releitura comemorativa publicada em 2008 foi a adoção de uma perspectiva eminentemente estudantil a respeito dos mesmos fatos. Isto, é claro, na única matéria de toda a série de reportagens publicada a versar sobre as mobilizações juvenis ocorridas no Brasil em 1968. A rigor, o que se constata na releitura comemorativa de *O Globo* é um impressionante silêncio a respeito dos principais acontecimentos daquele ano em nosso país. O jornal prefere rememorar mobilizações juvenis ocorridas na Europa e nos EUA.

Tanto esse silêncio sobre a maioria dos acontecimentos marcantes de 1968 no Brasil quanto a adoção de uma perspectiva estudantil na matéria que lembra a morte de Édson Luís estão, em última análise, ligados às importantes transformações políticas vivenciadas no país nos últimos quarenta anos. Se, em 1968, o Brasil vivia uma ditadura militar, em 2008 o que temos é uma democracia representativa restaurada já há mais de duas décadas. É importante pontuar isto uma vez que, conforme já assinalado anteriormente, as memórias são reinterpretações do passado continuamente atualizadas segundo as demandas do presente. Isto explica as mudanças verificadas na abordagem do jornal entre um período e outro a respeito dos mesmos acontecimentos. Quarenta anos depois de 1968, a disputa pelo enquadramento das memórias daquele período foi vencida pelos que lutavam contra a ditadura. Desse modo, memórias até então subterrâneas ascendem à condição de oficiais com o fim do regime militar. Se, nas páginas de *O Globo*, em 1968 os jovens que participavam das manifestações de rua eram “massa de manobra” de “agitadores profissionais” que desejavam desestabilizar o regime militar para implantar o comunismo no país, em 2008 esses mesmos jovens são vistos como os heróis da resistência contra uma ditadura que prendeu, cassou, matou e censurou.

É também importante refletir uma vez mais sobre o significado do silenciamento verificado nas páginas do jornal a respeito dos principais acontecimentos do ano de 1968 no Brasil. Afinal, em termos de relevância para o público leitor, os episódios ocorridos aqui teriam prioridade sobre aqueles que tiveram lugar a quilômetros de distância, em países da Europa ou nos EUA. Esse silêncio gritante parece estar ligado a uma estratégia das Organizações Globo no sentido de semear o esquecimento a respeito daquele período em nosso país. Afinal, lembrar 1968 no Brasil abre espaço para a memória da postura colaboracionista da empresa frente ao regime militar. Ancorada

na dialética entre lembrança e esquecimento, a estratégia da Globo não se apóia somente no silêncio. Através de projetos como o “Memória do Movimento Estudantil”, a empresa parte para a disputa dos enquadramentos que as memórias de 1968 terão. Assim, certamente acaba por nuançar os elementos “menos convenientes” do período – entre eles, a sua colaboração com o regime militar.

O trabalho também se dedicou a fazer uma reflexão a respeito da tendência hoje em voga nos meios de comunicação de trazer todos os dias para o público uma verdadeira enxurrada de acontecimentos supostamente memoráveis. A mídia parece ter tomado para si nos últimos anos a tarefa de ser o principal lócus de construção da memória social. Em sua aventura memorialística, no entanto, muitas vezes os veículos de comunicação acabam por produzir, no lugar da memória, uma grande amnésia em relação ao passado. Isto se deve à lógica de mercantilização e banalização que hoje impregna de maneira marcante o campo da comunicação, que parece colonizado pela indústria cultural.

A pesquisa que fundamentou este trabalho exigiu horas e horas de dedicação. Foram muitas as visitas à Biblioteca Nacional, assim como também muitas foram as leituras feitas com o objetivo de dar conta do contexto histórico vivido no Brasil em 1968, da maneira como ele afetava a imprensa do período e do processo de construção da memória social. Nessa caminhada às vezes tortuosa, formulei a respeito do meu objeto algumas hipóteses, tendo refutado outras. Comecei a colocar tudo no papel e, nesse processo, iam surgindo mais e mais idéias e elementos novos a serem agregados ao trabalho. O resultado é este. Na verdade, considero este resultado uma espécie de ponto de partida para outras pesquisas que sejam capazes de aprofundar ainda mais os temas aqui trabalhados. A relevância dos assuntos abordados justifica, afinal, um posterior aprofundamento. Por ora, no entanto, vamos ficando por aqui, na expectativa de que este trabalho possa ter lançado alguma luz sobre questões importantes do campo da comunicação e da memória.

7. Referências Bibliográficas

Livros e artigos

ABREU, João Batista de. As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Niterói, Eduff, RJ, Mauad, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula. Memórias estudantis, da fundação da UNE aos nossos dias. RJ, Relume-Dumará, 2007.

COTTA, Pery. Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo. RJ, Bertrand Brasil, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. SP, Boitempo, 2004.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. O Leopardo. São Paulo: Nova Cultural, 2002

Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. (Col. Memória Social).

POERNER, Artur José. O Poder Jovem. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: Estudos Históricos, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento”. In: COUTINHO, Eduardo; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro, Mauad X, 2008.

VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano que Não Terminou. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. 1968: eles só queriam mudar o mundo. RJ, Jorge Zahar, 2008.

Websites

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO:

<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>

PORTAL DE NOTÍCIAS G1:

<http://g1.globo.com/Noticias/0,,MUL850269-15525,00-LEIA+A+INTEGRA+DO+DISCURSO+DE+VITORIA+DE+BARACK+OBAMA.html>

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE: <http://www.psol.org.br/ancional/partido/programa>

Jornais

O Globo – 29 de março a 05 de abril de 1968

O Globo – 29 de março de 2008